

Demonstrações Financeiras

2023





AMAZONAS ENERGIA S.A.

**Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2023**

Com o relatório dos auditores independentes

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	7
Demonstração dos resultados	9
Demonstração dos resultados abrangentes	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	11
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Demonstração do valor adicionado	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e acionistas
Amazonas Energia S.A.
Manaus - Amazonas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Amazonas Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Amazonas Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para a opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia vem incorrendo em prejuízos, sendo R\$ 2.254.960 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 652.520 mil em 2022) e, nessa data, apresentou excesso de passivo circulante em relação ao ativo circulante em R\$ 5.755.335 mil (R\$ 2.391.009 mil em 31 de dezembro de 2022) e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 5.739.159 mil (R\$ 3.484.166 mil em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente, em 20 de julho de 2023, por meio da Portaria nº 448-P/GM/MME, o Ministério de Minas e Energia – MME constituiu um Grupo de Trabalho - GT para assessoramento de natureza consultiva, com a finalidade de analisar a sustentabilidade das concessões de serviço público de distribuição de energia elétrica outorgadas a Amazonas Energia S.A., Light Serviços de Eletricidade S.A. e Enel Distribuição Rio. No relatório de situação e proposição de medidas visando a sustentabilidade da concessão de distribuição de energia elétrica do estado do Amazonas, o grupo de trabalho recomenda a escolha de um novo operador com condições técnicas e econômico-financeiras para a prestação do serviço de distribuição, dando as seguintes alternativas: a) caducidade e licitação da concessão com a indenização dos ativos físicos e regulatórios; b) caducidade e licitação da concessão em conjunto com a

transferência de controle societário da distribuidora; e c) transferência do controle sem a necessidade de se decretar a caducidade. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional tendo em vista as dificuldades financeiras da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às sociedades anônimas de capital fechado, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na norma NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Reapresentação das demonstrações financeiras anteriormente divulgadas

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.1, em 2022, a Companhia identificou que dentre os valores registrados na rubrica de outros créditos, havia registros relativos a perdas com clientes, no montante de R\$ 227.365 mil, que não foram reconhecidos no resultado do exercício de 2022, permanecendo registrado no ativo da Companhia. Desta forma, os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial e às demonstrações de resultado do exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, examinamos também os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras do exercício anterior. Concluímos que tais ajustes são adequados e foram corretamente efetuados.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se este relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se

concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 2 de abril de 2024.

Crowe Macro Auditores Independentes

CRC 2SP033508/O-1



Dalton Frias Herculano

Contador – CRC1SP292951/O-0



Luciana Toniolo Meira

Contador – CRC1SP254.829/O-8

AMAZONAS ENERGIA S.A.Balanço patrimonial em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	2023	2022 (Reapresentado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	11	40.239	135.869
Consumidores	13	947.408	861.489
Concessionárias e permissionárias	14	77.233	77.071
Tributos	15	191.634	176.457
Almoxarifado	16	54.931	42.018
Ativos financeiros setoriais	18	840.159	272.646
Encargos setoriais a compensar	19	12.758	10.243
Direito de ressarcimento	17	629.915	1.360.552
Outros ativos circulantes	20	94.713	88.689
		2.888.990	3.025.034
Não circulante			
Investimentos temporários	12	6	145.776
Consumidores	13	216.258	252.388
Concessionárias e permissionárias	14	355	1.145
Tributos	15	1.319.339	1.347.056
Depósitos judiciais e caução	29	321.885	386.597
Direito de ressarcimento	17	-	23.000
Outros ativos não circulantes	20	26.392	22.460
Ativo contratual	21	573.546	798.061
Ativo financeiro	21	419.849	268.523
Investimentos	-	21.420	23.141
Imobilizado	23	93.521	99.116
Intangível	22	2.331.652	1.989.774
		5.324.223	5.357.037
Total		8.213.213	8.382.071

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMAZONAS ENERGIA S.A.Balança patrimonial em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo	Nota	2023	2022 (Reapresentado)
Circulante			
Fornecedores	25	1.841.807	1.540.017
Empréstimos, financiamentos e debêntures	26	5.182.783	3.000.760
Obrigação sociais e trabalhistas	27	15.902	16.047
Tributos	15	317.578	207.913
Encargos setoriais a pagar	19	12.405	8.376
Passivos financeiros setoriais	18	1.216.075	594.853
Outros passivos	28	57.775	48.077
		8.644.325	5.416.043
Não circulante			
Fornecedores	25	3.285	23.993
Empréstimos, financiamentos e debêntures	26	3.776.873	4.791.744
Tributos	15	-	783
Provisão para litígios	29	1.006.593	1.056.785
Encargos setoriais a pagar	19	100.927	72.710
Tributos diferidos	15.1	4.660	88.470
Obrigação de ressarcimento	17	402.154	402.154
Outros passivos	28	13.555	13.555
		5.308.047	6.450.194
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Capital social	30	11.146.667	11.146.667
Outros resultados abrangentes		(422.490)	(422.457)
Prejuízos acumulados		(16.463.336)	(14.208.376)
		(5.739.159)	(3.484.166)
Total		8.213.213	8.382.071

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2023	2022 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	31	4.991.338	5.284.497
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	32	(8.750.469)	(8.231.332)
Custo de operação	33.1	4.159.512	4.525.185
Pessoal, material e serviços de terceiros	-	(543.432)	(596.955)
Depreciação e amortização	-	(79.881)	(70.847)
Combustível para produção de energia elétrica	-	(397.793)	(756.771)
Recuperação de despesas - CCC	-	5.227.284	6.078.215
Outros	33.3	(46.666)	(128.457)
Custo de construção	33.2	(678.732)	(793.321)
(Prejuízo) lucro bruto		(278.351)	785.029
Receitas (despesas) Operacionais	33.4	(313.298)	(460.980)
Resultado do serviço de energia elétrica		(591.649)	324.049
Resultado financeiro	34	(1.745.400)	(958.444)
Resultado antes da participação societária		(2.337.049)	(634.395)
Resultado de equivalência patrimonial	-	(1.721)	1.228
Resultado antes dos impostos		(2.338.770)	(633.167)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	15.1	83.810	93.328
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(112.681)
Prejuízo do exercício		(2.254.960)	(652.520)
Prejuízo por ação		(0,1163)	(0,0336)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes do exercício findo em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u> (Reapresentado)
Prejuízo do exercício	(2.254.960)	(652.520)
Outros resultados abrangentes	(33)	227
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(2.254.993)</u>	<u>(652.293)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	11.146.667	734.578	(14.713.118)	(2.831.873)
Ganho atuarial	-	227	-	227
Transação com acionista	-	(1.157.262)	1.157.262	-
Prejuízo do exercício	-	-	(652.520)	(652.520)
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	11.146.667	(422.457)	(14.208.376)	(3.484.166)
Perda atuarial	-	(33)	-	(33)
Prejuízo do exercício	-	-	(2.254.960)	(2.254.960)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.146.667	(422.490)	(16.463.336)	(5.739.159)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
		(Reapresentado)
Fluxo de caixa nas atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(2.254.960)	(652.520)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Atividades operacionais		
Depreciação e amortização	100.322	84.860
Ganhos pelo valor da indenização	(51.959)	(74.960)
Encargos financeiros - Eletrobras	921.876	641.315
Encargos financeiros - Oliveira Energia	21.947	-
Encargos financeiros - Eletronorte	471.702	322.065
Encargos financeiros – Roraima Energia	4.895	-
Encargos financeiros - Bradesco	-	44
Atualização monetária dos depósitos judiciais	(11.528)	(13.445)
Atualização monetária das contingências	78.047	124.798
Atualização monetária de ativos e passivos regulatórios	-	(124.812)
Variação monetária ativa	(18.979)	(72)
Variação monetária passiva	-	(36.171)
Acréscimo moratório sobre energia vendida	(96.324)	(208.887)
Descontos condicionais sobre energia vendida	92.473	63.662
AVP - Avaliação atuarial	(33)	227
Avaliação a valor justo	(111.002)	(155.333)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(197.457)	162.927
Reversão para créditos de liquidação duvidosa	250.145	(433.546)
Perdas com clientes	(100.567)	440.508
Provisão para contingências judiciais	143.337	87.565
Reversão para contingências judiciais	(271.576)	(311.801)
Baixa de ativo financeiro	30	70
Baixa de ativo intangível	35.376	1.101
	(994.235)	(82.405)
Variações no ativo circulante		
Títulos e valores mobiliários	-	32.209
Consumidores	(34.189)	169.066
Concessionárias e permissionárias	(162)	128.223
Estoque	(12.913)	(12.012)
Tributos e contribuições sociais	(15.177)	(6.931)
Direito de ressarcimento	730.637	(127.705)
Ativos indenizados	51.959	74.960
Ativos regulatórios	(567.513)	206.519
Encargos setoriais	(2.515)	(10.243)
Outros	12.953	13.716
	163.080	467.802

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

(Continuação)

	2023	2022
Variações no ativo não circulante		
Consumidores	36.130	(6.565)
Concessionárias e permissionárias	790	353
Tributos e contribuições sociais	27.717	323.496
Investimentos temporários	145.770	(15.670)
Direito de ressarcimento	23.000	847.884
Outros	(3.932)	(22.460)
	229.475	1.127.038
Variações no passivo circulante		
Fornecedores	301.790	349.961
Tributos e contribuições sociais	102.880	(450.799)
Obrigações sociais	(145)	(1.583)
Encargos setoriais	4.029	-
Passivos regulatórios	621.222	229.138
Outros	9.698	(19.347)
	1.039.474	107.370
Variações no passivo não circulante		
Fornecedores	(20.708)	23.993
Tributos e contribuições sociais	(783)	(8.384)
Provisões para causas judiciais	-	(376)
Tributos diferidos	(83.810)	(93.327)
Encargos setoriais	28.217	48.151
	(77.084)	(29.943)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		
Pagamento de encargos Eletrobras	(26.788)	(52.913)
Pagamento de encargos Eletronorte	-	(246)
Pagamento de encargos Mútuos	(4.753)	-
Depósitos judiciais	76.240	(57.174)
	44.699	(110.333)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	405.409	1.479.529
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Investimento	1.721	(1.227)
Aquisição de ativo contratual	(279.441)	(385.727)
Aquisição de ativo imobilizado	(6.368)	(46.039)
Aquisição de ativo intangível	(2.009)	(9.466)
Caixa consumido pelas atividades de investimento	(286.097)	(442.459)

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

(Continuação)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Glosa CCC (Ofício ANEEL 398/2021)	-	(344.855)
Constituição	440.490	16.059
Pagamentos de financiamentos	-	(702)
Pagamentos Eletrobrás	(149.739)	(152.448)
Pagamentos Eletronorte	-	(3.096)
Pagamentos Itaú	(353.105)	(382.217)
Pagamentos Parcelamentos	(100.056)	(141.208)
Pagamentos Mútuos	(52.532)	-
Caixa consumido pelas atividades de financiamento	(214.942)	(1.008.467)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(95.630)	28.603
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	135.869	107.266
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	40.239	135.869
Varição no caixa e equivalente de caixa	(95.630)	28.603

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Demonstração do valor adicionado do exercício findo em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2023	2022 (Reapresentado)
Geração do valor adicionado		5.778.184	6.104.248
Receitas de vendas de energia e serviços		5.725.991	6.066.097
Outras receitas		52.193	38.151
Insumos adquiridos de terceiros		5.127.834	4.248.056
Custo da energia elétrica comprada	32	8.750.469	8.231.332
Serviços de terceiros		480.886	525.211
Material		24.768	22.911
Combustíveis p/produção de energia elétrica	33.1	397.793	756.771
Recuperação de despesas – CCC	33.1	(5.227.284)	(6.078.215)
Custo de construção	33.2	678.732	793.321
Ajuste a valor justo – ativos concessão	33.4	(111.003)	(155.333)
Outros		133.473	152.058
Valor adicionado bruto		650.350	1.856.192
Retenção		327.245	548.729
Depreciação e amortização		100.321	84.860
(Provisões) reversões de provisões	33.5	226.924	463.869
Valor adicionado líquido		323.105	1.307.463
Valor adicionado recebido em transferência		213.851	442.033
Resultado de equivalência patrimonial		(1.721)	1.228
Receitas financeiras	35	215.572	440.805
Valor adicionado a distribuir		536.956	1.749.496
Distribuição do valor adicionado			
Remuneração do trabalho		147.572	165.510
Governos (impostos e contribuições)		292.413	463.988
INSS e FGTS		28.313	33.926
ICMS		23.546	-
COFINS e PIS/PASEP		324.364	410.709
Imposto de renda e contribuição social		(83.810)	19.353
Financiadores		1.965.187	1.401.627
Encargos de dívidas, variação monetária e outros		1.960.972	1.399.248
Aluguéis		4.215	2.379
Encargos setoriais		386.744	370.891
Prejuízo do exercício		(2.254.960)	(652.520)
Valor adicionado distribuído		536.956	1.749.496

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Amazonas Energia S.A. (“Companhia” ou “AmE”), constituída na forma de sociedade anônima, é uma sociedade de capital fechado, de direito privado, tendo como atividade principal a distribuição de energia elétrica. Sua sede está localizada na Avenida Djalma Batista, nº 4.400, unidade II, Flores - Manaus - Amazonas.

A Companhia detém a concessão para a exploração de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nos termos do Contrato de Concessão nº 01/2019-ANEEL, celebrado em 11 de abril de 2019, vigente até 10 de abril de 2049 (para mais informação e contexto dessa concessão, vide Nota Explicativa nº 2.1).

A Companhia atua tanto no Sistema Interligado Nacional – SIN (capital e algumas cidades da região metropolitana), quanto no Sistema Isolado - SISOL (interior).

Com uma área de concessão de 1.559.167.878 km² que contempla todo o Estado do Amazonas, a área de atuação da Companhia é reconhecida por uma região de baixa densidade demográfica contemplando 62 municípios e 107 localidades com características geográficas peculiares e mais de 4 milhões de habitantes, sendo que 50% da população se encontra na capital Manaus. Por essas características, a área de concessão está entre as mais desafiadoras do país que impõem a necessidade de enorme esforço conjunto entre Poder Concedente, Regulador e Concessionária.

O Amazonas é o único Estado da Federação, em que as Perdas Não Técnicas de Energia, superam em 100% o seu mercado de baixa tensão, demonstrando como são acentuados os desafios que estão sendo enfrentados na concessão. Um problema de complexa resolução, que diante do atual cenário no Estado, exige esforço não somente da Distribuidora, mas de todas as demais instituições no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e da Sociedade Civil.

Esse nível de perdas elétricas compromete as operações da concessionária na medida em que reduz a geração de caixa, indicando o grau de complexidade da concessão, razão pela qual o sucesso das ações de combate às perdas, supera o poder de gestão e atuação exclusiva da Concessionária, dadas as características socioeconômicas e dos aspectos comportamentais dos consumidores no Estado.

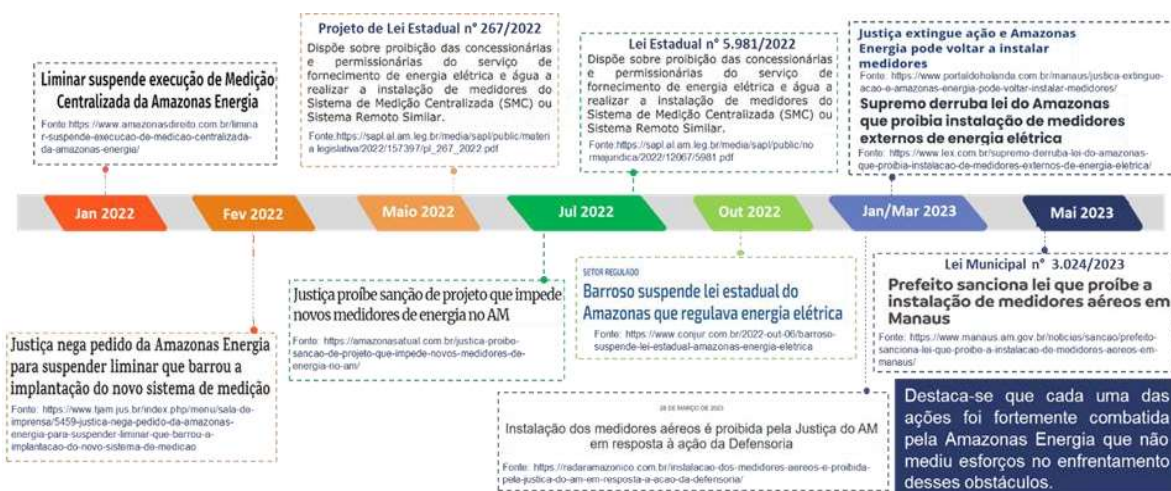
A Amazonas Energia concentra grande esforço para implementar medidas eficazes de reduzir as perdas não-técnicas com o objetivo de aumentar a eficiência e de atingir a sustentabilidade de suas operações. No entanto, essa frente de trabalho vem sendo marcada por desafios significativos, dados os diversos obstáculos de diversas naturezas relacionados ao combate de perdas não técnicas no estado do Amazonas, em especial na capital Manaus.

Somado a esse cenário, diversos foram os impedimentos legislativos e judiciais à implantação do combate às perdas, intensificados após a instalação da CPI da Amazonas Energia na Assembleia Legislativa do Amazonas - ALEAM, que explorou demasiadamente o assunto “energia” na mídia local.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Figura: Impedimentos às ações de combate às perdas não técnicas



É notório que as perdas não técnicas, as quais a Amazonas Energia tem a obrigação de combater, causam danos à concessão, na medida em que prejudicam o equilíbrio econômico-financeiro da Distribuidora, reduzindo a receita necessária para a prestação adequada do serviço e ainda aumentam as tarifas dos consumidores, pois fazem parte do cálculo tarifário.

Destaca-se que desde a privatização, investimentos para corrigir problemas de qualidade de energia foram efetuados e a Amazonas Energia aplicou volume relevante em seu ativo operacional, além de manter seu custo operacional recolocando a empresa dentro de níveis regulatórios aceitáveis, de modo a demonstrar a destinação dos recursos obtidos com a flexibilização dos parâmetros da regulação tarifária, em cumprimento às demais obrigações do contrato de concessão e condições do edital de licitação.

No tema endividamento, destacamos o alto grau assumido pela empresa no processo de transferência quando da mudança do controle acionário de uma Estatal da Eletrobras para a Amazonas Energia S.A., então, empresa privada. Esse endividamento é objeto de questionamento na esfera judicial, e busca comprovar os ajustes necessários de modo a manter a premissa definida no Edital de privatização, de “Equity zero”, o que resultará em diminuição no volume de endividamento da Companhia.

Nesse sentido, destaca-se que o edital do Leilão de privatização da Companhia nº 2/2018-PPI/PND previu que os trabalhos de avaliação econômico-financeira foram elaborados considerando as seguintes premissas:

- o valor simbólico das ações seria de R\$ 50 mil;
- as flexibilizações necessárias aos parâmetros tarifários, a fim de garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, até o limite necessário para que o valor de avaliação da Companhia, considerando o novo contrato de concessão, seja igual a zero.

Nessas condições o novo acionista, além de aportar R\$ 491 milhões, assumiria a responsabilidade de pagar as dívidas no limite de R\$ 2.537 milhões (condições do edital) e realizar os investimentos projetados para a Companhia, conforme demonstrado abaixo:

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Situação Financeira da Amazonas Energia – Condições do Edital do Leilão n° 2/2018-PPI/PND

Situação Financeira da Amazonas Energia – Condições do Edital do Leilão n° 2/2018-PPI/PND

(+) Valor da empresa em 31/12/2016	R\$ 2.456 mm
(-) Endividamento líquido em 31/12/2016	R\$ 9.959 mm
(+) Contingências em 31/12/2016	R\$ 1.160 mm
(-) Atualização de itens patrimoniais em 30/06/2017	R\$ 248 mm
(+) Aporte ELETROBRAS, conf. RES CPPI n° 20/17	R\$ 8.912 mm
(=) Valor de venda da Amazonas Energia	R\$ 50 mil
(-) Valor pago pelos novos acionistas	R\$ 50 mil
(=) EQUITY VALUE *	R\$ 0

* Valor simbólico cabível aos acionistas

Esclarecimentos sobre a Tabela: os cálculos do EQUITY VALUE = 0, levam em consideração: i) avaliação da Companhia (na data base dez/16) resultando em R\$ 2.456 mm; ii) o endividamento líquido de R\$ 9.959 também na data base dez/16; iii) as contingências, no valor de R\$ 1.160 mm, que em dez/16, não estavam registradas no balanço (grande parte referente aos processos dos PIES, cerca de R\$ 900 milhões); e iv) a atualização dos itens patrimoniais de R\$ 248 milhões, para ajustar o endividamento líquido até a data base jun/17. A soma desses valores seria o ajuste (aporte) necessário da Eletrobras na Amazonas Energia para se chegar ao valor ZERO de EQUITY.

Na data base do edital do leilão de privatização (setembro de 2017), o endividamento máximo sustentável pela Concessão, era de R\$ 397.430 mil, contudo, a Distribuidora possuía em seu ativo imobilizado em curso (AIC), R\$ 1.806.410 mil para reconhecimento tarifário e grandes oportunidades de melhorar a geração de caixa regulatória o que tornaria a concessão sustentável sob o ponto de vista financeiro e do investidor.

Relevante dizer que, era condição editalícia a preservação da capacidade econômica e financeira sustentável da Amazonas Energia, ou seja, a condição “Equity igual a zero” deveria ter sido resguardada. Por outro lado, em função da ausência de equilíbrio econômico-financeiro impactando na condição sustentabilidade da Companhia, o ônus desse desequilíbrio foi assumido pelo novo controlador.

O endividamento assumido pelo novo controlador em abril de 2019 foi afetado pelos efeitos entre as datas de *valuation* (setembro de 2017) e a transferência do controle. A apuração final do valor presente líquido dos efeitos dessa diferença é de R\$ 3.300 milhões quadro resumo a seguir):

Situação Financeira da Amazonas Energia – Na transferência do controle

(+) Valor da empresa em 31/03/2019	R\$ 5.314 mm
(-) Endividamento líquido em 31/03/2019	R\$ 19.130 mm
(-) Contingências em 31/03/2019	R\$ 1.469 mm
(+) Atualização de itens patrimoniais (MP 855 e CCC)	R\$ 3.074 mm
(+) Aporte ELETROBRAS, conf. RES CPPI n° 20/17	R\$ 8.912 mm
(=) Valor de venda da Amazonas Energia	R\$ (3.299) mm
(-) Valor pago pelos novos acionistas	R\$ 50 mil
(=) EQUITY VALUE	R\$ (3.299) mm

O ônus financeiro advindo do período de designação imputado ao novo controlador, exigiu dele recursos próprios para neutralizar os impactos anteriores à sua obrigação. Ademais, o endividamento garantido pela Eletrobras no período de designação foi transferido à Amazonas Energia, já privatizada, por meio do Contrato 3382/2019.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nesse sentido, para reestabelecer o equilíbrio financeiro do Contrato de Concessão nº 001/2019 - ANEEL e o cumprimento da condição editalícia do “EQUITY ZERO”, a Companhia junto de seus assessores jurídicos, ingressou com ações judiciais para garantir o direito da Distribuidora.

Desde o princípio do novo contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) iniciou um processo de fiscalização e acompanhamento sistemático do desempenho dos indicadores da concessão, o que culminou ao final, na constatação de geração de caixa negativa persistente e dívida em patamar elevado que poderia configurar perda das condições econômicas da Concessionária. Com isso, foi exigida a apresentação de um Plano de Resultados onde os administradores demonstrassem como pretendiam equacionar a situação econômico-financeira da concessão.

No plano apresentado para a ANEEL, em dezembro de 2021, a Amazonas Energia demonstrou que o equilíbrio operacional poderia ser alcançado em 2024 e que a sustentabilidade econômico-financeira da concessão é factível no horizonte da concessão, condicionada a concretização das medidas apresentadas, dentre as quais destacam-se (i) o cumprimento das condições editalícias do Leilão nº 2/2018-PPI/PND e (ii) da implementação das ações de combate às perdas não técnicas, especialmente do Sistema de Medição Centralizada (SMC).

Em setembro de 2022, passados apenas dois trimestres de acompanhamento, a ANEEL decidiu pelo encerramento do acompanhamento do plano e emitiu o Termo de Intimação nº 004/2022-SFF/ANEEL onde determinou que a Distribuidora se manifestasse sobre como pretendia equacionar o desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, se por meio de (i) um plano de recuperação das condições econômico-financeiras da concessionária ou, de forma alternativa, (ii) pela transferência do controle societário, nos termos do parágrafo único do art. 20 da Resolução Normativa nº 846, de 2019 .

A partir da decisão de equacionamento do desequilíbrio econômico-financeiro por meio da transferência do controle acionário, a Amazonas Energia vem empreendendo grande esforço no sentido de buscar soluções definitivas com agentes de mercado, sendo promovidas diversas interações, inclusive em conjunto com o MME e ANEEL, objetivando a reestruturação do negócio.

Em 20 de julho de 2023, por meio da Portaria nº 448-P/GM/MME, o Ministério de Minas e Energia – MME constituiu um Grupo de Trabalho - GT para assessoramento de natureza consultiva, com a finalidade de analisar a sustentabilidade das concessões de serviço público de distribuição de energia elétrica outorgadas a Amazonas Energia S.A., Light Serviços de Eletricidade S.A. e Enel Distribuição Rio.

No âmbito do GT, a Amazonas Energia apresentou contribuições relevantes para serem observadas pelo GT no tocante aos aspectos relacionados aos desequilíbrios operacional e patrimonial da concessão do Amazonas.

Em fevereiro de 2024, com a finalização dos trabalhos, que têm o objetivo de subsidiar a decisão do MME, o GT emitiu o relatório final de situação com propostas de medidas visando a sustentabilidade da concessão do Amazonas.

O GT fez recomendações à sustentabilidade econômica e financeira da concessão, nos seguintes aspectos:

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) Reconhecimento de flexibilizações de perdas não técnicas, mediante alocação de parte dos custos via encargos setoriais, mantendo incentivo para o combate;
- b) Não aplicação de glosas ao reembolso da CCC de forma a permitir o reequilíbrio da concessão, ou seja, sem a aplicação das glosas correspondentes ao fator de corte (perdas reais no consumo de energia acima das perdas regulatórias), mas com aplicação dos limites de eficiência na geração após o período necessário à sua recuperação;
- c) Permanência do atual nível de custos operacionais, além da readequação das receitas irrecuperáveis, por um prazo suficiente para que o novo controlador tenha condições de trazer os níveis reais àqueles considerados eficientes;
- d) Não conversão dos contratos dos PIEs da Capital para CCEAR, em maio de 2025, com a proposta de que esses contratos passem a ser suportados pelo Encargo de Energia de Reserva – EER, nos termos do art. 3º-A da Lei nº 10.848, de 15/03/2004, tendo em vista que (i) a sobrecontratação afeta a sustentabilidade econômico-financeira da concessão, com potencial aumento tarifário na região; e (ii) conforme Operador Nacional do Sistema – ONS, a operação dos PIEs é necessária sob a ótica do Sistema Interligado Nacional - SIN.

Cabe ao MME a decisão final sobre a concessão do Amazonas.

2 Prestação do serviço público de energia elétrica

2.1 Contrato de concessão

Em 11 de abril de 2019, foi celebrado o novo Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 01/2019-ANEEL (nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013) entre a União e o Consórcio Oliveira Atem, por meio do qual se formalizou a transferência do controle acionário da Companhia, conforme previsto no Edital do Leilão nº 2/2018.

O novo Contrato de Concessão será por um prazo de 30 (trinta) anos tendo iniciado em 11 de abril de 2019 e com término em 10 de abril de 2049.

3 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BR GAAP) e as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração da Companhia em 2 de abril de 2024.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na (Nota Explicativa nº 6).

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.1 Reapresentação dos valores correspondentes

3.1.1 Perdas com Clientes

Atendendo aos requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, a Companhia preparou a reapresentação retrospectiva das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022, que estão identificadas com a nomenclatura “Reapresentado”:

- (a) A Companhia identificou que dentre os valores registrados na rubrica de outros créditos, havia registros relativos a perdas com clientes que não foram transferidos a resultado no exercício de 2022, permanecendo registrado no ativo da Companhia.

Essa situação identificada resultou em reclassificações dos saldos nas demonstrações financeiras de 2022. As tabelas a seguir resumem os impactos nas demonstrações financeiras de 31/12/2022:

	31/12/2022		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	135.869	-	135.869
Consumidores	1.088.854	(227.365)	861.489
Concessionárias e permissionárias	77.071	-	77.071
Tributos	176.457	-	176.457
Almoxarifado	42.018	-	42.018
Ativos financeiros setoriais	272.646	-	272.646
Encargos setoriais a compensar	10.243	-	10.243
Direito de ressarcimento	1.360.552	-	1.360.552
Outros ativos circulantes	88.689	-	88.689
	3.252.399	(227.365)	3.025.034
Não Circulante			
Investimentos temporários	145.776	-	145.776
Consumidores	252.388	-	252.388
Concessionárias e permissionárias	1.145	-	1.145
Tributos	1.347.056	-	1.347.056
Depósitos judiciais e caução	386.597	-	386.597
Direito de ressarcimento	23.000	-	23.000
Outros ativos não circulantes	22.460	-	22.460
Ativo contratual	798.061	-	798.061
Ativo financeiro	268.523	-	268.523
Investimentos	23.141	-	23.141
Imobilizado	99.116	-	99.116
Intangível	1.989.774	-	1.989.774
	5.357.037	-	5.357.037
Total	8.609.436	(227.365)	8.382.071

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	1.540.017	-	1.540.017
Empréstimos e financiamentos	3.000.760	-	3.000.760
Obrigações sociais e trabalhistas	16.047	-	16.047
Tributos	207.913	-	207.913
Encargos setoriais a pagar	8.376	-	8.376
Passivos financeiros setoriais	594.853	-	594.853
Outros passivos	48.077	-	48.077
	5.416.043	-	5.416.043
Não Circulante			
Fornecedores	23.993	-	23.993
Empréstimos e financiamentos	4.791.744	-	4.791.744
Tributos	783	-	783
Provisão para litígios	1.056.785	-	1.056.785
Encargos setoriais a pagar	72.710	-	72.710
Tributos diferidos	88.470	-	88.470
Obrigações de ressarcimento	402.154	-	402.154
Outros passivos	13.555	-	13.555
	6.450.194	-	6.450.194
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Capital social	11.146.667	-	11.146.667
Outros prejuízos abrangentes	(422.457)	-	(422.457)
Prejuízos acumulados	(13.981.011)	(227.365)	(14.208.376)
	(3.256.801)	(227.365)	(3.484.166)
Total	8.609.436	(227.365)	8.382.071

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do Resultado do Exercício	31/12/2023		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Receita operacional líquida	5.284.497	-	5.284.497
Custo com Energia Elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	(8.231.332)	-	(8.231.332)
Custo de Operação	4.525.185	-	4.525.185
Pessoal, material e serviços de terceiros	(596.955)	-	(596.955)
Depreciação e amortização	(70.847)	-	(70.847)
Combustível p/ produção de energia elétrica	(756.771)	-	(756.771)
Recuperação de despesas - CCC	6.078.215	-	6.078.215
Outros	(128.457)	-	(128.457)
Custo de construção	(793.321)	-	(793.321)
Lucro bruto	785.029	-	785.029
Receitas (Despesas) Operacionais	(233.615)	(227.365)	(460.980)
Resultado do serviço de energia elétrica	551.414	(227.365)	324.049
Resultado financeiro	(958.444)	-	(958.444)
Resultado antes das participações societárias	(407.030)	(227.365)	(634.395)
Resultado de equivalência patrimonial	1.228	-	1.228
Resultado antes dos impostos	(405.802)	(227.365)	(633.167)
IRPJ e CSLL - Diferido	93.328	-	93.328
IRPJ e CSLL - Corrente	(112.681)	-	(112.681)
Prejuízo do período	(425.155)	(227.365)	(652.520)
Prejuízo por Ação	(0,0219)	(0,0117)	(0,0336)

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 13 – Consumidores: estimativas dos montantes da receita sobre a energia consumida, porém não faturada;

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 13 – Consumidores: reconhecimento e mensuração da perda com créditos de liquidação duvidosa e estimativa de renda não faturada;
- Nota Explicativa nº 18 - Ativos financeiros setoriais e Passivos financeiros setoriais: reconhecimento e mensuração dos ativos e passivos regulatórios;
- Nota Explicativa nº 21 – Ativo Contratual e Ativo Financeiro - Ativo financeiro: critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão;
- Nota Explicativa nº 29 - Provisão para causas judiciais e depósitos judiciais: reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota Explicativa nº 35 - Instrumentos financeiros e Gestão de Riscos: definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos; e
- Nota Explicativa nº 37 - Benefício pós-emprego - mensuração de obrigação de benefícios definidos: principais premissas atuariais.

c. Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informação adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 35.2.

6 Mudança nas principais políticas contábeis

Não ocorreram no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023, mudanças nas principais políticas contábeis que afetassem materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

7 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção dos seguintes itens, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- Os custos de planos de aposentadoria com benefícios definidos e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxa de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data de balanço.

8 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Títulos e valores mobiliários

A Companhia aplica recursos em títulos e valores mobiliários com vencimentos de curto prazo para a utilização desses recursos antes do vencimento. Sua classificação em circulante considera o fato de os títulos classificados no curto prazo possuírem liquidez imediata. Tais instrumentos são ajustados ao valor provável de realização, quando aplicável.

c. Clientes

As contas a receber de clientes são compostas por créditos provenientes do fornecimento e suprimento de energia elétrica, pelo uso do sistema de distribuição de consumidores livres, pelos serviços prestados, pelos acréscimos moratórios, entre outros.

O saldo inclui o fornecimento de energia ainda não faturado, originado substancialmente da atividade de distribuição e que é mensurado em estimativas, tendo como base o histórico de consumo de MW/h.

Os valores apresentados na conta de clientes estão contabilizados com base no regime de competência, e são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, relacionados a consumidores, revendedores e outros estão sujeitos à análise de perdas esperadas, conforme a NBC TG 48 - Instrumentos financeiros, que é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas no recebimento dos clientes, cuja recuperação seja considerada improvável).

As contas a receber são normalmente liquidadas em um período de até 45 dias. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante (Nota Explicativa nº 13).

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localização e condição existentes.

Os estoques de materiais para consumo são classificados no ativo circulante, não sendo depreciados ou amortizados, e os estoques de materiais destinados às obras/manutenção dos sistemas de distribuição são classificados no ativo financeiro ou intangível.

e. Investimentos temporários

Os investimentos temporários representam aplicação de recursos financeiros em títulos e valores mobiliários disponíveis no mercado, ou direitos representativos destes, cuja natureza não seja de liquidez imediata, derivados de receitas financeiras ou de lucros com a negociação.

Os investimentos temporários são avaliados ao custo de aquisição e, quando aplicável, acrescidos da atualização monetária, dos juros e outros rendimentos auferidos.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f. Ativo contratual (infraestrutura em construção)

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pela NBC TG 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo da ITG 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção), pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão. (Nota Explicativa nº 21).

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção.

Redução ao valor recuperável: os saldos relacionados ao ativo contratual (infraestrutura em construção) estão sujeitos à análise de perdas esperadas, conforme a NBC TG 48 - Instrumentos financeiros.

g. Ativo financeiro

Os ativos financeiros referem-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente, decorrente da aplicação da interpretação técnica ITG 01 (R1) - Contratos de Concessão e da orientação técnica CTG 05 - Contratos de Concessão (Nota Explicativa nº 21).

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros "valor justo por meio de resultado", pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para esse ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

h. Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de prestação do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado).

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável (Nota Explicativa nº 22).

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível é apropriada de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. Assim, esses bens devem ser amortizados, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da prestação do serviço, pelo método linear. A amortização do intangível é reconhecida no resultado e registrada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

i. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

É avaliado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Em função da adoção pela Companhia das interpretações técnicas ITG 01 (R1) - Contratos de Concessão e o CTG 05 - Contratos de Concessão, os valores registrados como ativo imobilizado correspondem a todos os bens que não são utilizados na atividade-fim da Companhia. Demais ativos vinculados à prestação do serviço foram reclassificados como ativos contratuais, ativos financeiros indenizáveis (Concessão) e ativos intangíveis.

Depreciação

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, calculada pelo método linear, de acordo com as taxas fixadas, que representam uma base razoável de vida útil dos respectivos bens.

As vidas úteis estimadas e as taxas adotadas pela Companhia são aquelas estabelecidas pela ANEEL, conforme Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015, e estão em consonância com os critérios estabelecidos na norma contábil (NBC TG 27 (R4) – Ativo imobilizado).

j. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa

A provisão é constituída com base na perda esperada, ou seja, perdas de créditos que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência, utilizando uma matriz de provisão para reconhecimento, em taxas de perdas históricas (últimos 24 meses), probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da Administração. Considera, também, o *aging list* individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros (Nota Explicativa nº 13).

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia elétrica. O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização.

O ativo é apresentado líquido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica, considerando que os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. A amortização é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

A Companhia efetua anualmente, quando há indicativos de impairment, o teste de recuperabilidade dos seus ativos utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos, considerando que não há mercado ativo para os ativos vinculados à concessão, avaliando se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo (Nota Explicativa nº 24).

Os ativos intangíveis compreendem basicamente os direitos de uso da concessão, mas incluem, também e gastos específicos associados à aquisição de direitos, acrescidos dos respectivos custos de implantação, quando aplicável.

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumulada.

Ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para redução de ativo não financeiro, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o valor em uso.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita o custo médio ponderado de capital para o setor em que opera a unidade geradora de caixa.

Uma perda é reconhecida, na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável.

k. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos da norma contábil NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

l. Empréstimos e financiamentos

São instrumentos financeiros registrados pelo valor líquido dos custos incorridos nas transações e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ou seja, custo inicial, acrescido das variações monetárias e dos juros incorridos até a data do balanço patrimonial, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos (Nota Explicativa nº 26).

m. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: receita de juros com aplicação financeiras; despesa de juros de empréstimos e atualização monetária de fornecedores; ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos (Nota Explicativa nº 34).

n. Provisões de causas judiciais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Dessa forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionadas (Nota Explicativa nº 29).

O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alteração nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeção fiscais ou exposição adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

o. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

p. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é reconhecida na medida em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo encargos sobre vendas.

Receita de distribuição de energia

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida quando a energia é fornecida. Isto é, quando ocorre a transferência de controle da energia fornecida para os clientes.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receita não faturada

O cálculo da receita não faturada referente aos serviços de distribuição é feito automaticamente pelo sistema de faturamento, sendo realizado individualmente para cada unidade consumidora. O cálculo considera o montante médio diário (montante total faturado/nº de dias faturados) multiplicado pela quantidade de dias não faturados e pelo comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia (carga na fronteira) no período não faturado em relação ao período faturado (%).

q. Benefícios a empregados

A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida. Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuição fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem obrigação legais nem construtivas de fazer contribuição, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que, em tais planos de benefício definido, é estabelecido um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Nesse tipo de plano, a Companhia tem a obrigação de honrar com o compromisso assumido, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial, com relação aos planos de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência, nas mudanças das premissas atuariais e nos rendimentos dos ativos do plano, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado no exercício de ocorrência de uma alteração do plano.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia efetua o pagamento das contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outras obrigações pós-emprego

A Companhia oferece benefício seguro de vida para ativos e inativos. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço, ou a invalidez deste enquanto funcionário ativo.

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes, no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

r. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

s. Subvenção governamental

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais são reconhecidas, sistematicamente, no resultado durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. As subvenções governamentais recebíveis como compensação por despesas já incorridas, com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato à Companhia, sem custos futuros correspondentes, são reconhecidas no resultado do exercício em que forem recebidas (Nota Explicativa nº 17).

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

Encargo do Serviço do Sistema (ESS)

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)

É o encargo pago por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN) que comercializam energia com o consumidor final ou que recolhem tarifa de uso das redes elétricas relativas a consumidores livres, para cobertura da energia elétrica produzida por produtores independentes, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa.

t. Ativos e passivos regulatórios

São diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários e geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pelas ANEEL no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia. O registro dos valores a receber e obrigação foram efetuados em contas de ativo e passivo financeiros em contrapartida ao resultado do exercício (receitas operacionais) (Notas Explicativas n.º 18 e 34).

9 Novas normas, revisões e interpretação

Normas novas e alterações em vigor no exercício corrente:

NBC TG 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: Esclarecimento à distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros.

NBC TG 26 (R5) – Apresentação das demonstrações financeiras / IFRS Demonstrações Práticas: Divulgação de políticas contábeis “materiais” ao invés de políticas contábeis “significativas”. As alterações definem o que é “informação de política contábil material” e explicam como identificá-las. Essas alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2023.

NBC TG 32 (R4) - Tributos sobre o Lucro: Requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações de arrendamentos, obrigações de descomissionamento e restauração.

NBC TG 32 (R4) - Tributos sobre o Lucro: Clarificar que a norma se aplica aos tributos sobre o lucro decorrentes da legislação fiscal promulgada ou substantivamente promulgada para implementar as regras modelo do Pilar Dois, publicadas pela OCDE, incluindo a legislação fiscal que implementa impostos nacionais mínimos qualificados descritos nessas regras.

NBC TG 50 - Contratos de seguro: Estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) – Contratos de Seguro. Essas alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2023.

A administração da Companhia avaliou as novas normas em vigor e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto sobre as suas demonstrações financeiras.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, o IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entraram em vigência somente em 1º de janeiro de 2024 com a convergência dos pronunciamentos emitidos pelo CPC, sendo:

Alteração ao IAS 1/CPC 26 (R1) - Divulgação de políticas contábeis: Para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Essas alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2024.

Alteração ao IAS 7/CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa: Explica as características de acordos de financiamento de fornecedores e exige divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

Alteração ao IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos: Especifica os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, à medida em que os normativos são regulamentados pelos órgãos competentes.

10 Ambiente regulatório

O Contrato de **Concessão 001/2019-ANEEL** prevê a atualização anual das tarifas por meio do reajuste tarifário anual, sendo que a cada 5 anos é realizado o processo de revisão tarifária ordinária.

Inicialmente a data-base de realização do processo tarifário da Amazonas Energia foi estabelecida em 1º de novembro. Contudo no ano de 2023 foi constatada pela equipe da distribuidora que essa data não respeitava as condições do leilão. Nesse sentido, após intensas tratativas com a ANEEL, por meio do Despacho 2.689, de 01/08/2023, foi aprovado o 1º Termo Aditivo do Contrato, **passando a data-base de 1º de novembro para 26 de maio**, razão pela qual a revisão tarifária ordinária, prevista para 1º/11/2023, ocorrerá apenas em 26/05/2024.

10.1 Projeto Revisão Tarifária Ordinária

Em 2023, deu-se início oficialmente o processo de Revisão Tarifária Ordinária da Amazonas Energia, evento tarifário de suma importância para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessionária nos próximos 5 anos, uma vez que atualiza por completo a parcela de gestão direta da concessionária, conhecida como Parcela B, por meio do reconhecimento dos investimentos realizados em determinado período, além disso, redefine ainda os limites eficientes de Custos Operacionais Regulatórios, Perdas e Indicadores de Continuidade.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No decorrer do ano foram encaminhadas à ANEEL tempestivamente pela distribuidora os dados e informações necessárias para os cálculos da nova receita requerida econômica da concessionária, bem como, àqueles necessários para redefinição das metas de continuidade e de perdas.

Inicialmente, havia-se previsão de se finalizar o processo em novembro/23, entretanto, após solicitação da concessionária, tendo como base do pedido as diretrizes definidas no Leilão das distribuidoras designadas, restou aprovado pela ANEEL por meio do Despacho nº 2.717/2023 a alteração do processo tarifário ordinário da companhia, passando a ser nova data do evento ordinário 25 de maio de 2024.

11 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2023	2022
Contas bancárias à vista	30.833	21.972
Aplicações financeiras	9.400	112.957
Numerário em trânsito	6	940
	40.239	135.869

Caixa e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia.

Em aplicações financeiras, a Companhia realiza aplicação em fundo de investimento de renda fixa de liquidez imediata, denominado “Extra Mercado”, constituído sob a forma de condomínio aberto e com prazo de duração indeterminado.

Em dezembro de 2023, os investimentos estão sendo investidos na modalidade de aplicação automática com os recursos disponíveis em conta corrente. As taxas são progressivas, conforme o tempo de permanência e, dessa forma, a operação é remunerada pela taxa aplicável ao prazo correspondente ao período do investimento e nenhuma das taxas incide sobre o período passado.

A redução na rubrica “equivalentes de caixa” refere-se ao fato da utilização dos valores para pagamentos diversos.

12 Investimentos temporários

Descrição - Não Circulante	2023	2022
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	-	145.771
Aplicação Automática	6	5
	6	145.776

Em junho/23 foi acionada a garantia, da qual decorria o parágrafo sexto do Contrato de Cessão de Créditos, celebrado junto ao Banco Itaú, dos recursos originados da MP 855/2018. (Vide Nota Explicativa 17.1.1 “e” e Nota Explicativa 26).

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13 Consumidores

Classes	2023			2022 (Reapresentado)		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Residencial	808.737	119.352	928.089	774.091	151.135	925.226
Industrial	94.445	18.352	112.797	92.352	25.566	117.918
Comercial	328.425	42.458	370.883	334.241	61.161	395.402
Rural	24.309	3.795	28.104	22.854	5.200	28.054
Poder público	624.246	160.764	785.010	539.881	156.568	696.449
Iluminação pública	31.178	0	31.178	36.100	-	36.100
Serviço público	178.889	6.942	185.831	146.527	3.002	149.529
Outros	111.990	0	111.990	107.536	-	107.536
	2.202.219	351.663	2.553.882	2.053.582	402.632	2.456.214
(-) PECLD	(1.254.811)	(135.405)	(1.390.216)	(1.192.093)	(150.244)	(1.342.337)
	947.408	216.258	1.163.666	861.489	252.388	1.113.877

Os créditos decorrentes da venda de energia elétrica apresentam o seguinte detalhamento, por consumidores faturados e não faturados e parcelamentos abertos por classe:

Classes	2023			
	Faturados	Não Faturados	Parcelamentos	Total
Residencial	518.199	90.008	319.882	928.089
Industrial	69.234	561	43.002	112.797
Comercial	213.215	24.043	133.625	370.883
Rural	14.330	2.598	11.176	28.104
Poder público	500.038	4.137	280.835	785.010
Iluminação pública	30.961	217	-	31.178
Serviço público	169.008	1.027	15.796	185.831
Outros	111.990	-	-	111.990
	1.626.975	122.591	804.316	2.553.882

Classes	2022 (Reapresentado)			
	Faturados	Não Faturados	Parcelamentos	Total
Residencial	498.967	64.808	361.451	925.226
Industrial	70.188	543	47.187	117.918
Comercial	214.965	18.471	161.966	395.402
Rural	13.116	2.593	12.345	28.054
Poder público	424.820	2.900	268.729	696.449
Iluminação pública	36.066	34	-	36.100
Serviço público	137.962	760	10.807	149.529
Outros	107.536	-	-	107.536
	1.503.620	90.109	862.485	2.456.214

Contas a receber – Consumidores, Parcelamentos e Receita não Faturada

São compostos pelas faturas de energia elétrica e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia vencidos dos consumidores inadimplentes. As análises sobre os contratos de parcelamentos são feitas individualmente, segmentando as classes privadas e

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

públicas, tendo em vista as diferenças comportamentais observadas nas negociações e o valor negociado.

A Companhia estabelece as políticas de cobrança para as classes de clientes para reduzir os níveis de inadimplência e, conseqüentemente, a recuperação dos valores recebíveis. Todas as políticas de cobrança estabelecidas estão em consonância com a legislação e a regulamentação específicas, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 414, emitida pela ANEEL.

Receita não faturada: contempla a energia vendida aos consumidores e que não é medida dentro do mesmo período. Tem como objetivo demonstrar um complemento do período de competência da energia consumida e ainda não medida, fato que ocorrerá no ciclo de faturamento subsequente. Seu cálculo é baseado no produto da multiplicação da média diária do consumo da unidade consumidora versus o número de dias não faturados.

Avaliação da perda esperada de crédito de liquidação duvidosa para clientes (contas a receber)

A Companhia adota o modelo de Provisão Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) que é mensurada a partir do *aging-list* das contas a receber das faturas de energia elétrica e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia através da matriz de provisão, por classe de consumo, dada a característica de cada classe. A matriz de provisão estabelece os percentuais de risco de recebimento dos valores recebíveis de acordo com o *aging-list* das faturas de energia elétrica e das parcelas.

A matriz de provisão adotada é resultado do estudo do comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e dos parcelamentos segregados por classe de consumo no período histórico analisado sobre a arrecadação dos últimos dois anos, que reflete a experiência da perda de crédito histórica dos consumidores com a fatura de energia elétrica e do parcelamento, capturando a eficiência da política de cobrança adotada pela Companhia.

	31/12/2023		
	Faturados e Não Faturados	Parcelamentos	Total
Saldo contábil bruto	1.749.566	804.316	2.553.882
PECLD	(1.089.919)	(300.297)	(1.390.216)
(%)	62%	37%	54%

	31/12/2022 (Reapresentado)		
	Faturados e Não Faturados	Parcelamentos	Total
Saldo contábil bruto	1.593.729	862.485	2.456.214
PECLD	(1.021.688)	(320.649)	(1.342.337)
(%)	64%	37%	55%

(a) Consumidores faturados e não faturados

O demonstrativo da **perda esperada** de consumidores faturados e não faturados por classe de consumidores e *aging* encontra-se discriminado abaixo:

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abertura da provisão por classe:

Classes	2023			2022 (Reapresentado)		
	Saldo Contábil Bruto	% Taxa média da Perda	Saldo Provisão	Saldo Contábil Bruto	% Taxa média da Perda	Saldo Provisão
Residencial	608.207	43	(260.699)	563.774	51	(286.170)
Industrial	69.795	63	(44.218)	70.731	57	(40.655)
Comercial	237.258	48	(113.655)	233.436	51	(118.244)
Rural	16.928	19	(3.224)	15.710	12	(1.863)
Poder público	504.175	98	(492.067)	427.721	99	(425.156)
Iluminação pública	31.178	85	(26.482)	36.100	75	(27.213)
Serviço público	170.035	88	(149.378)	138.721	88	(122.191)
Outros	111.990	-	(196)	107.536	-	(196)
	1.749.566		(1.089.919)	1.593.729		(1.021.688)

(b) Parcelamentos

O demonstrativo da perda esperada de parcelamentos por classe de consumidores encontra-se discriminado abaixo:

Abertura da provisão por classe:

Classes	2023			2022		
	Saldo Contábil Bruto	% Taxa média da Perda	Saldo Provisão	Saldo Contábil Bruto	% Taxa média da Perda	Saldo Provisão
Residencial	319.882	14	(44.945)	361.451	12	(44.945)
Industrial	43.002	65	(28.003)	47.187	65	(30.727)
Comercial	133.625	29	(38.773)	161.966	31	(50.425)
Rural	11.176	11	(1.221)	12.345	10	(1.221)
Poder público	280.835	63	(176.373)	268.729	69	(185.744)
Serviço público	15.796	70	(10.982)	10.807	70	(7.587)
	804.316		(300.297)	862.485		(320.649)

A movimentação da PECLD está demonstrada a seguir:

	2023	2022
		(Reapresentado)
Saldo inicial	(1.342.337)	(1.113.515)
Adição	(197.457)	(449.222)
Reversão	250.145	433.546
Perdas com clientes	(100.567)	(213.146)
Saldo final	(1.390.216)	(1.342.337)

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14 Concessionárias e permissionárias

Descrição	2023	2022
Encargos de uso da rede elétrica (Livre) (a)	53.870	46.706
Encargos elétrica de curto prazo (b)	24.162	31.188
(-) PCLD – Livre	(799)	(823)
Circulante	77.233	77.071
Encargos de uso da rede elétrica (Livre) (a)	355	1.145
Não circulante	355	1.145
	77.588	78.216

(a) Apresenta o saldo dos valores a receber referentes aos Encargos de usos da rede elétrica (Consumidores Livres – Valores a receber referente ao transporte de energia dos consumidores da classe livre, inclusive parcelados). Inclui-se na PCLD, os créditos vencidos e a vencer, caso seja identificado débitos vencidos a partir de 60 dias.

(b) Valores a receber decorrente das liquidações realizadas pela CCEE da operação no mercado de curto prazo. O prazo médio de recebimento desses valores é de 45 dias. Esses valores estão sujeitos à inadimplência do mercado.

A movimentação da PECLD está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Saldo inicial	(823)	(2.697)
Adição	(8)	(1.890)
Reversão	32	3.764
Saldo final	(799)	(823)

15 Tributos

Ativo	2023		2022	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
IR	-	27.822	-	21.986
CSLL	-	5.288	-	5.805
PIS/PASEP (a)	27.939	81.701	27.939	69.619
COFINS (a)	162.544	229.754	147.277	251.244
ICMS	-	572.620	-	596.248
ICMS CCC ISOL lei n° 12.111/09 (b)	-	402.154	-	402.154
ISS/IPTU/TAXAS	-	-	90	-
Outros	1.151	-	1.151	-
	191.634	1.319.339	176.457	1.347.056

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo	2023		2022	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
IR s/ lucro	-	-	-	585
CSLL s/lucro	-	-	-	198
ICMS (c)	303.001	-	185.230	-
ISS/IPTU/TAXAS	2.995	-	3.655	-
Contribuição sociais	7.330	-	6.905	-
Tributos retidos na fonte	3.382	-	2.721	-
Outros	870	-	9.402	-
	317.578	-	207.913	783

- (a) O total de R\$ 501.938 mil (R\$ 496.079 mil em 2022), decorre do regime de apuração não cumulativa, envolvendo gastos com materiais aplicados e consumidos na geração distribuída de energia elétrica, créditos da compra de combustíveis e da compra de energia elétrica. Tais créditos serão compensados com débitos apurados dessas mesmas contribuições, que influenciarão na alíquota efetiva a ser cobrada do consumidor cativo.
- (b) Conforme disposto no art. 3º, da Lei nº 12.111/09, os impostos fazem parte do custo total de geração de energia elétrica dos Sistemas Isolados. Com isso, os valores referentes ao ICMS, apurados como custo da geração, estão registrados na rubrica ICMS CCC - ISOL - Lei nº 12.111/09. Ressalta-se que, a referida Lei cita no mesmo art. 3º, § 8º, que no caso de efetivo aproveitamento via compensação dos créditos tributários referentes a valores reembolsados pela CCC, o agente deverá ressarcir o montante integral do crédito tributário aproveitado, por isso, se constitui uma obrigação no passivo não circulante de igual valor. Em 2020, com a finalização da primeira e segunda etapas da fiscalização da CCC realizada pela ANEEL, ainda permanece em provisão, os valores relativos ao período de julho/2017 a maio/2019 (vide Nota Explicativa 17.1.2). A partir de junho/2019, o Estado do Amazonas alterou a legislação do ICMS sobre a Energia Elétrica, cuja incidência se dá por substituição tributária.
- (c) Do montante, o valor de R\$ 306.921 mil, é oriundo de parte do ICMS-ST notificado pela Sefaz/AM e ainda não pago, tendo em vista que a Companhia tem junto a Sefaz/AM diversos “pedidos de ressarcimentos”, que se encontram em fase final de análise pelo órgão, e esses créditos serão utilizados para quitar essa obrigação.

15.1 Tributos IRPJ e CSLL Diferidos

Descrição	2023		2022	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
IRPJ e CSLL Diferidos - MP 855/18 (a)	-	3.872	-	57.515
IRPJ e CSLL Diferidos - Sobras Físicas (b)	-	788	-	788
IRPJ e CSLL Diferidos – Desp. ANEEL 4069/21 (c)	-	-	-	30.167
	-	4.660	-	88.470

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Movimentação por realização - IRPJ e CSLL		
	Saldo 2022	Baixa por realização	Saldo 2023
IRPJ e CSLL Diferidos - MP 855/18	57.515	53.643	3.872
IRPJ e CSLL Diferidos - Sobras Físicas	788	-	788
IRPJ e CSLL Diferidos - Despacho ANEEL 4069/21	30.167	30.167	-
Saldo Tributos Diferidos 31/03/2023	88.470	83.810	4.660

- (a) Referem-se aos valores oriundos da MP 855/2018 que estão sendo recebidos em 60 parcelas, por isso a Companhia constituiu um passivo diferido dos tributos incidentes sobre esses valores. Em 2021 foi baixada a glosa no montante de R\$ 308.609 mil conforme Ofício nº 398/2021 - SFF/ANEEL, o que reduziu o número de parcelas para 50.
- (b) A Companhia também registrou os tributos diferidos sobre a receita das sobras físicas oriundas da Portaria MME 385/2020, cujos valores estão sendo recebidos ao longo de 36 parcelas mensais, a partir de fevereiro de 2021.
- (c) Refere-se aos recursos aprovados no Despacho ANEEL 4069/2022, cujos valores foram recebidos ao longo de 24 parcelas mensais, a partir de janeiro de 2022.

15.2 Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL

A Companhia, em decorrência de prejuízos fiscais acumulados, possui na data base de 2022 (conforme sua ECF – Escrituração Contábil Fiscal do exercício de 2022) o montante de R\$ 13.488.704 mil de prejuízo fiscal de IRPJ e o montante de R\$ 13.507.590 mil de base negativa de CSLL, o que representa um crédito de R\$ 3.238.989 mil (sendo de IRPJ = R\$ 2.023.306 mil e de CSLL = R\$ 1.215.683 mil), o qual somente poderá ser aproveitado em apurações futuras de IRPJ e CSLL em caso de resultados contábeis positivos.

No momento, a Companhia ainda não atende aos critérios do Pronunciamento Técnico - CPC 32, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e por isso não constituiu o crédito fiscal diferido em sua contabilidade, em virtude de nos três últimos exercícios não ter apurado lucro, bem como não haver garantia de sua integral recuperação futura, face as suas projeções contábeis e fiscais para os próximos 05 (cinco) anos a contar do exercício social 2024.

É certo que de acordo com as regras fiscais atuais, não há previsão legal para que esses créditos fiscais diferidos, decorrentes de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social, sejam corrigidos e remunerados, o que, ao longo dos anos produz uma perda financeira significativa, principalmente nos patamares em que se encontra a SELIC atualmente, o que motiva a Companhia a aproveitar possíveis oportunidades de negociação desses créditos com terceiros, quando autorizado por lei.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16 Almoxarifado operacional

Descrição	2023	2022
Matéria-prima e insumos	13.830	14.524
Material (a)	41.101	27.494
	54.931	42.018

- (a) Os valores dos materiais de Manutenção, Operação e Administração tiveram uma variação positiva em 2023, principalmente devido à devolução de materiais retirados de rede, que foram incluídos no estoque de alienação. Esses itens estão atualmente aguardando avaliação para determinar sua destinação final. Além disso, ocorreram entradas de materiais devolvidos por fornecedores, que foram recuperados e adicionados ao estoque para reutilização. Adicionalmente, materiais utilizados em Ordens de Serviços (ODS) e não totalmente consumidos foram devolvidos ao estoque para utilização em outros projetos.

17 Direito de ressarcimento e obrigação de ressarcimento

A Companhia detém direitos e obrigações com a CCC, conforme apuração dos valores demonstrados no quadro a seguir:

Descrição - Direito de ressarcimento	2023	2022
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC (17.1.1)	444.809	866.949
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE – Sobrecontratação (17.1.3)	136.168	192.626
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (17.1.4)	48.938	300.977
Circulante	629.915	1.360.552
Conta de Consumo de Combustíveis – CDE (17.1.4)	-	23.000
Não Circulante	-	23.000
Descrição - Obrigação de ressarcimento		
ICMS CCC – Não Circulante (17.1.2)	402.154	402.154

17.1 Movimentação da conta de consumo de combustível (CCC)

17.1.1 Movimentação da conta do Ativo

Ativo	2023	2022
Saldo anterior	866.949	1.507.746
Custo com combustíveis (a)	427.740	853.570
Compra de energia elétrica	6.136.980	5.954.981
Custo de geração própria (a)	146.678	181.285
(-) Custo do ACR (b)	(2.004.445)	(1.577.578)
(-) Valor recebido da CCC – ISOL (c)	(4.871.442)	(5.433.037)
Reprocessamentos de períodos anteriores	(5.767)	164.917
(-) Recebimentos Despacho ANEEL 4069/21 (d)	(94.110)	(94.109)
Glosa MP 855/18	-	(308.609)
(-) Valor recebido MP 855/18 (e)	(157.774)	(382.217)
	444.809	866.949

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No Custo Total de Geração – CTG são considerados os contratos de compra de energia que tem base legal para reembolso, bem como os custos de geração própria.

- (a) Custos com combustíveis e geração própria: Apresentam redução tendo em a interligação ao Sistema Interligado Nacional – SIN de duas grandes usinas da Companhia (Parintins e Itacoatiara) a partir de maio/2023.
- (b) Custo do ACR-Ambiente de Contratação Regulada: O reembolso CCC reembolsa a diferença entre o custo total de geração da energia elétrica e a valoração da quantidade correspondente de energia elétrica pelo custo médio da potência e energia comercializadas no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, do Sistema Interligado Nacional - SIN. Conforme Despacho Aneel 2.904/2022, o valor do custo médio da energia e potência comercializada pelos agentes de distribuição no Ambiente de Contratação Regulada – ACR médio para o ano civil de 2023 é R\$ 348,72/MWh (em 2022, o valor era de R\$ 274,01/MWh). Refere-se ao custo assumido pela Companhia.
- (c) Os valores recebidos (CCC) seguem a metodologia de apuração regulamentada pela ANEEL na REN nº 1.016/2022 e são processados pela CCEE por meio de informações disponibilizadas pela Distribuidora e de dados de medição coletados a partir do Sistema de Coleta de Dados - SCD.
- (d) Os valores foram homologados pela ANEEL através do Despacho 4.069/2021 e seus recebimentos seguiram a metodologia aprovada no referido despacho, a saber:
- Reembolsado à Amazonas Energia, em 24 parcelas iguais todo dia 15 de cada mês, a partir de janeiro/2022;
 - No âmbito da execução orçamentária da CDE durante os exercícios de 2022 e 2023, com a atualização pelo IPCA;
 - Para o referido reembolso a Companhia precisou estar adimplente com as obrigações setoriais, bem como com suas obrigações fiscais, devendo apresentar mensalmente à CCEE, até 5 (cinco) dias úteis antes da data estabelecida para cada reembolso.
- (e) Trata-se dos valores oriundos da MP 855/18, em que a Companhia tem reconhecido em seu balanço tanto o direito a receber (direito de ressarcimento) quanto o passivo (empréstimos, financiamentos e debêntures) oriundo do Contrato de cessão de Créditos e Garantias junto ao banco Itaú.

17.1.2 Movimentação da conta do Passivo

Passivo	2023	2022
Reembolso de ICMS CCC - ISOL - Lei 12.111/09	402.154	402.154

O art. 3º, da Lei nº 12.111/09, dispõe que os impostos fazem parte do custo total de geração de energia elétrica dos Sistemas Isolados. Os valores referentes ao ICMS ressarcido pela CCC (jul/17 a mai/19), apurados no regime não-cumulativo, como custo de geração, estão registrados na rubrica ICMS CCC - ISOL - Lei nº 12.111/09 no ativo não circulante.

Ao mesmo tempo, a referida Lei cita no mesmo art. 3º, § 8º, que no caso de o beneficiário da conta CCC consiga realizar o aproveitamento tributário, via compensação dos créditos, de valores reembolsados pela CCC, o agente deverá ressarcir o montante integral do crédito

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

fiscal aproveitado, por isso, se constitui uma obrigação no passivo não circulante de igual valor.

Essa sistemática está regulamentada pela ANEEL, na REN nº 1.016/22.

Em 2020, com a finalização da primeira e segunda etapas da fiscalização da CCC realizada pela ANEEL, ainda permanece em provisão, os valores relativos ao período de julho de 2017 a maio de 2019.

A partir de junho/2019, com a alteração da metodologia de apuração do ICMS cuja incidência se dá por substituição tributária não foram mais constituídos créditos fiscais e nem passivos a reembolsar.

17.1.3 Sobrecontratação

De acordo com a Portaria Normativa nº 38/GM/MME, de 23 de março de 2022, em seu art. 1º, deverá ser realizado mensalmente a apuração do efeito financeiro negativo ou positivo da sobrecontratação, observando que:

- i) o efeito financeiro negativo, será considerado como componente do custo total de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, tendo a característica de ressarcimento à distribuidora pelo custo incorrido; e
- ii) o efeito financeiro positivo, deverá ser repassado à CCC;

Para fins de apuração dos efeitos financeiros são considerados os seguintes parâmetros:

- i) o preço médio de aquisição de energia no Sistema Interligado Nacional – SIN pela Companhia;
- ii) o montante de energia liquidado mensalmente pela Companhia no mercado de curto prazo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e
- iii) o valor médio mensal do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD.

No exercício foram apurados o montante de R\$ 992.216 mil, dois quais pendente de recebimento temos o montante de R\$ 136.168 mil.

17.1.4 Conta CDE

Compõem os valores da conta CDE:

Ativo	2023		2022	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
AIC – Indenização (Sobras Físicas) (a)	2.374	-	28.484	20.627
AIC – Indenização (a)	20.627	-	247.520	2.373
Subsídios (b)	25.936	-	24.973	-
	48.937	-	300.977	23.000

- (a) Em 23 de outubro de 2020, por meio da Portaria 385/MME, o Ministério de Minas e Energia definiu os valores de pagamento às Concessionárias Amazonas Energia e

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Roraima Energia, com recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, referentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica:

- (i) Classificados como sobras físicas, na valoração completa das bases de remuneração regulatórias decorrentes da licitação para desestatização de que trata o art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, no montante de R\$ 75.699. No registro contábil também foram reconhecidos os tributos (PIS/COFINS) inerentes à operação, no montante de R\$ 7.716 e uma atualização no montante de R\$ 2.034. O registro do ativo a receber foi efetuado em contrapartida ao resultado, em ganhos pelo valor de indenização.
 - (ii) Contabilizados como Ativo Imobilizado em Curso - AIC, utilizados como referência para o processo de licitação da Companhia, no montante de R\$ 723.129 e uma atualização no montante de R\$ 19.432.
- (b) Trata-se dos valores oriundos da Diferença Mensal de Receita (subsídio Baixa Renda) e dos Subsídios para custear descontos tarifários (REH 3.132/2021)

18 Ativos financeiros setoriais e Passivos financeiros setoriais

A conta de compensação de variação de valores de itens da Parcela A - CVA compensa os efeitos financeiros que ocorrem entre as datas de reajustes/revisões da Parcela A, conforme disposto na Portaria Interministerial nº 25, de 24 de janeiro de 2002, do Ministério de Minas e Energia (MME) e do Ministério da Fazenda.

Essa variação da CVA, da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Os valores registrados no circulante (ativo e passivo) correspondem exclusivamente às estimativas apuradas para a formação da CVA (Conta de Variação de Valores) a ser homologada no próximo reajuste tarifário anual, previsto para maio de 2023 (vide NE 10). É crucial ressaltar que os saldos da CVA em 31 de dezembro de 2023 refletem uma carga acumulada de 17 meses, devido ao Despacho ANEEL 2.689/2023, que modificou a revisão tarifária ordinária de 1º de novembro de 2023 para 26 de maio de 2024. Esse fato justifica as variações nos saldos ao final de 31 de dezembro de 2023.

Os saldos desses ativos e passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, são conforme segue:

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Parcela A - CVA	2023		2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Circulante				
Energia Elétrica	-	-	91.532	516.220
(-) CVA Diferida - Conta Covid	-	-	-	6.505
CVA - Conta Covid	-	-	2.402	-
CVA-Const-Bilaterais e Pies(a)	206.843	-	-	-
CVA-Const-Energia M3 (b)	389.964	-	-	-
CVA-Const-Garantia financeira	2.623	-	-	-
CVA-Const-CCEAR(c)	-	629.066	-	-
CVA-Const-Cotas (d)	-	282.966	-	-
CVA-Const-Bandeiras Energia	-	6.224	-	-
CVA-Const-Risco Hidrológico	-	133.917	-	-
Proinfa	-	-	21.646	3.759
CVA-Const-Proinfa	-	1.223	-	-
Rede Básica - RB	-	-	56.084	789
CVA-Const-RB Ponta	78.601	-	-	-
CVA-Const-RB Fora Ponta	42.789	-	-	-
Encargos de Energia de Reserva EER	63.014	-	48.795	-
CVA-Const-ESS	11.842	-	-	-
CDE Energia	44.483	-	49.481	7.088
CVA-Const-Glosa	-	53.971	-	-
Encargos de Serviços do Sistema ESS	-	-	-	27.082
CVA-Const-Bandeiras ESS	-	28.955	-	-
CVA-Const-CCEE Encargo	-	14.368	-	-
CVA - Neutralidade Parcela A	-	-	-	1.336
Garantias Financeiras na Contratação Regulada (CCEAR)	-	-	2.706	-
	840.159	1.150.690	272.646	562.779
Outros Itens financeiros				
Ultrapassagem de Demanda	-	34.535	-	15.404
Excedente de Reativo	-	30.850	-	16.670
	-	65.385	-	32.74

- (a) **Bilaterais e PIEs:** Os contratos PIE's (Produtores Independentes de Energia – a Preço de Energia de Reserva) e bilaterais compõem 38,26% do portfólio da distribuidora, representando a segunda maior parcela. O preço médio desses contratos, que é incorporado à tarifa com base no ACR (Ambiente de Contratação Regulado) médio, é de R\$ 326,74 por MWh. Durante todo o ciclo, nota-se que a tarifa média é de R\$ 303,42 por MWh. Isso resulta em uma diferença positiva, indicando um ativo ao longo do ciclo, uma vez que a tarifa cobrada do consumidor foi menor do que o preço de realização.
- (b) **Energia - M3:** A variação observada foi impulsionada pela elevada demanda de energia nos meses de setembro a dezembro de 2023, decorrente das altas temperaturas registradas em todo o Brasil. Esse fenômeno provocou consideráveis oscilações no Preço da Liquidação das Diferenças (PLD) durante o período em questão. Além disso, o recorde de consumo de energia tanto no Amazonas quanto no sistema interligado também contribuiu para esse cenário.
- (c) **CCEAR:** Devido à fatia significativa que os contratos CCEAR's representam no portfólio da empresa (53,33%), o elevado passivo calculado durante o ciclo tarifário pode ser explicado pela diferença média entre os preços desses contratos e o preço médio de compra de energia (PMIX). Com os contratos CCEAR's apresentando um preço médio de R\$ 256,36 por MWh e o PMIX estabelecido em torno de R\$ 303,67 por MWh, é

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

esperado que a ANEEL ressarcia os consumidores durante a apuração, levando em conta essa disparidade de preços e a necessidade de ajuste tarifário.

- (d) **Cotas:** O passivo identificado durante o período tarifário abrangendo agosto de 2022 a dezembro de 2023 pode ser atribuído à disparidade entre os preços das cotas e o preço médio de compra de energia (pmix) estabelecido na tarifa. Enquanto as cotas apresentaram uma performance média de R\$ 179,60 por MWh, o pmix médio foi de aproximadamente R\$ 303,67 por MWh, logo a diferença será ressarcida ao consumidor no ciclo (2024), que será homologado pela ANEEL a partir de 26 de maio de 2024.

Os valores residuais líquidos registrados como valores a receber e devolver de parcela A e outros itens financeiros apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

Parcela A – CVA

Ativo circulante	2022	Adições	Amortização	Atualização	2023
Energia Elétrica	91.532	34.773	(90.183)	(36.122)	-
CVA - Conta Covid	2.402	-	(2.402)	-	-
CVA-Const-Bilaterais e Pies	-	208.611	-	(1.768)	206.843
CVA-Const-Energia M3	-	384.908	-	5.056	389.964
CVA-Const-Garantia financeira	-	2.599	-	24	2.623
PROINFA	21.646	-	(19.073)	(2.573)	-
Rede Básica – RB	56.084	(83.645)	(30.915)	58.476	-
CVA-Const-RB Ponta	-	77.573	-	1.028	78.601
CVA-Const-RB Fora Ponta	-	42.221	-	568	42.789
Encargos de Energia de Reserva	48.795	(103.001)	(270)	117.490	63.014
CVA-Const-ESS	-	11.738	-	104	11.842
CDE Energia	49.481	43.894	(43.823)	(5.069)	44.483
	269.940	619.671	(186.666)	137.214	840.159
Outros Itens Financeiros					
Garantias Financeiras (CCEAR)	2.706	-	(2.706)	-	-
Total	272.646	619.671	(189.372)	137.214	840.159

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo circulante	2022	Adições	Amortização	Atualização	2023
Energia Elétrica	516.220	(287.985)	(401.334)	173.099	-
(-) CVA Diferida - Conta Covid	6.505	-	(6.505)	-	-
CVA-Const-CCEAR	-	618.882	-	10.184	629.066
CVA-Const-Cotas	-	279.367	-	3.599	282.966
CVA-Const-Bandeiras Energia	-	6.156	-	68	6.224
CVA-Const-Risco Hidrológico	-	133.917	-	-	133.917
PROINFA	3.759	-	(3.759)	-	-
CVA-Const-Proinfa	-	168	-	1.055	1.223
Rede Básica	789	-	(789)	-	-
CVA-Const-Glosa	-	53.255	-	716	53.971
Encargos de Serviços do Sistema	27.082	-	(27.082)	-	-
CVA-Const-Bandeiras ESS	-	28.571	-	384	28.955
CVA-Const-CCEE Encargo	-	14.177	-	191	14.368
CDE Energia	7.088	-	(7.088)	-	-
CVA - Neutralidade da Parcela A	1.336	-	(1.336)	-	-
	562.779	846.508	(447.893)	189.296	1.150.690
Demais passivos setoriais					
Ultrapassagem de Demanda	15.404	27.083	(7.952)	-	34.535
Excedente de Reativo	16.670	23.883	(9.703)	-	30.850
	32.074	50.966	(17.655)	-	65.385
Total	594.853	897.474	(465.548)	189.296	1.216.075

19 Encargos Setoriais a Compensar e Pagar

A SFF/ANEEL realizou fiscalização da movimentação financeira dos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e de Eficiência Energética – EE, da Amazonas Energia S.A., do período de 01 de janeiro de 2013 a 30 de agosto de 2020, cuja conclusão e recomendações constou das Notas Técnicas nº 105/2022-SFF/ANEEL, de 27 de junho de 2022 e nº 218/2022-SFF/ANEEL, de 25 de novembro de 2022.

Por consequência, por meio do Despacho nº 3.418, de 28 de novembro de 2022, no âmbito de processo fiscalizatório relativo ao recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE dos valores referentes aos saldos dos passivos de recursos PEE e P&D não comprometidos com programas contratados ou iniciados, determinou, entre outros: a cobrança adicional, dos valores fixados para a Amazonas Energia no montante adicional de R\$ 9.286.708,82, (nove milhões e duzentos e oitenta e seis mil e setecentos e oito reais e oitenta e dois centavos), na posição de agosto/2020, relativo à diferença apurada pela fiscalização do saldo “passivo” não comprometido do P&D, e o montante de R\$ 13.737.453,65 (treze milhões e setecentos e trinta e sete mil e quatrocentos e cinquenta e três reais e sessenta e cinco centavos), relativo à diferença apurada pela fiscalização do saldo “passivo” não comprometido do PEE.

A Amazonas Energia interpôs recurso com pedido de efeito suspensivo, questionando o prazo para pagamento e no qual solicitava que o montante fosse parcelado. A Diretoria da ANEEL, por meio do Despacho nº 3.719, de 29 de dezembro de 2022, no mérito, decidiu que a CCEE suspendesse a cobrança adicional dos valores até o julgamento definitivo do Recurso Administrativo interposto, que está pendente de julgamento.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contudo, mesmo após o encerramento de todo o processo de fiscalização, foi desenvolvido pela Distribuidora um trabalho de revisão dos números apurados pela fiscalização da SFF, bem como dos números fornecidos pela AmE, tendo sido identificado equívocos na apuração da Receita Operacional Líquida (ROL), de todo o período fiscalizado.

Ocorre que ocorreu equívoco ao não desconsiderar a Receita Regulatória constituída em contrapartida da Conta de Variação da Parcela A, decorrente da sobrecontratação, ou seja, a AMAZONAS ENERGIA vinha constituindo contabilmente o valor da sobrecontratação como se fosse uma Receita Regulatória.

Assim, a Companhia reapurou as bases de cálculo da ROL Regulatória, retirando, portanto, os valores registrados a título de sobrecontratação.

Essa prática de considerar os valores da sobrecontratação como receita ainda ocorreu durante todo o exercício de 2022. Somente ao final do exercício de 2022 é que foi reanalisada a situação e verificado o equívoco, culminando com o fim da fiscalização da movimentação financeira dos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e de Eficiência Energética – EE

Portanto, após a reapuração dos valores verificou-se pagamento a maior, reflexo de uma base de cálculo majorada pelos valores de sobrecontratação.

A Companhia entrou com pedido junto ao órgão regulador solicitando a revisão dos números e ao final de 2023 ainda aguarda o desfecho da situação pelo órgão regulador.

A tabela abaixo apresenta os valores e saldos reapurados e que estão expressos nessa Demonstração Financeira:

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em Ago/2020	Set/2020 a Dez/2022	Jan/2023 a Dez/2023	Atualização	Total	Valor pago	Valor a compensar	Valor a recolher
ROL FINAL		11.161.874	4.300.015					
(=) Valor a Aplicar em P&D e PEE		111.619	43.000					
<u>PEE - Programa de Eficiência Energética</u>								
PEE - Prog de Eficiência Energética	10.512	-	-	3.522	14.034	-	-	14.034
PEE - Prog de Eficiência Energética	-	31.253	12.040	7.814	51.107	-	-	51.107
CDE - Conta de Desenv Energético	-	13.394	5.160	-	18.554	19.212	658	-
<u>P&D - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento</u>								
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento	7.674	-	-	2.571	10.245	-	-	10.245
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento	-	15.627	6.020	3.894	25.541	-	-	25.541
CDE - Conta de Desenv Energético	-	6.697	2.580	-	9.277	11.464	2.187	-
MME - Ministério de Minas e Energia	974	11.162	4.300	234	16.670	20.004	3.334	-
FNDCT - Fundo Nac. de Desenv Científico e Tecnológico	1.145	22.324	8.600	230	32.299	38.878	6.579	-
PROCEL - Programa Nac. de Conserv de Energia Elétrica	10.728	11.162	4.300	2.294	28.484	16.079	-	12.405
	31.033	111.619	43.000	20.559	206.211	105.637	12.758	113.332

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Encargos setoriais a compensar	2023	2022
PEE - CDE - Conta de Desenv Energético	658	2.102
P&D - CDE - Conta de Desenv Energético	2.187	1.050
MME - Ministério de Minas e Energia	3.334	2.392
FNDCT - Fundo Nac. de Desenv Científico e Tecnológico	6.579	4.699
	12.758	10.243

Encargos setoriais a recolher	2023		2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
PEE – Saldo AGO/2020	-	14.034	-	12.415
PEE – SET/2020 em diante	-	51.107	-	34.202
P&D – Saldo AGO/2020	-	10.245	-	9.063
P&D – SET/2020 em diante	-	25.541	-	17.030
PROCEL	12.405	-	8.376	-
Totais	12.405	100.927	8.376	72.710

20 Outros ativos

	2023		2022	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Empregados	2.457	-	2.291	-
Serviços prestados a terceiros (a)	11.080	-	7.548	-
Outros devedores (b)	1.657	19.717	1.017	19.717
Administradora Stone	28.112	-	32.834	91
Operações descontinuada/bens desativados (c)	-	112.342	-	96.626
Impairment s/ativos de oper. Descontinuada (c)	-	(112.342)	-	(96.626)
Serviços em curso (d)	41.938	-	39.313	-
Desativações e alienações	750	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente (e)	8.719	6.675	5.686	2.652
	94.713	26.392	88.689	22.460

- (a) Refere-se aos créditos relativos ao compartilhamento de infraestrutura;
- (b) Refere-se aos valores de saldo a receber junto a administradora do Cartão de Crédito (recebimentos de faturas de energia com cartão de crédito);
- (c) Trata-se dos ativos relacionados às usinas de geração de energia elétrica situadas em localidades onde os Produtores de Energia Elétrica – PIES já entraram em operação comercial.
- (d) Refere-se a valores de serviços prestados em campo, próprios ou para terceiros, que ainda dependem do encerramento do projeto para ser transferido para a despesa e/ou cobrança.
- (e) Referente especialmente aos valores de prêmios de seguros e quota proinfra jan/2024.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21 Ativo contratual e ativo financeiro

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pela norma NBC TG 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ITG 01 (R1) – Contratos da Concessão, foram classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção).

(a) Movimentação do ativo contratual

Geração			
Ativos de Contrato	Vinculados à concessão	Obrigações Especiais	Total
	Em curso	Em curso	
Em 01/01/2022	-	(119)	(119)
Adições	2.815	57	2.872
Transferências para o intangível (NE 22)	(86.534)	2.518	(84.016)
Transferências para ativo financeiro (NE 21)	70	-	70
Baixas de ativos da Concessão	-	-	-
Transferências – Reclassificações	26.163	-	26.163
Em 31/12/2022	(57.486)	2.456	(55.030)
Adições	11	-	11
Transferências para o intangível (NE 22)	2.680	(2.409)	271
Transferências para ativo financeiro (NE 21)	-	-	-
Baixas de ativos da Concessão	-	-	-
Transferências – Reclassificações	(270)	-	(270)
Em 31/12/2023	(55.065)	47	(55.018)

Distribuição			
Ativos de Contrato	Vinculados à concessão	Obrigações Especiais	Total
	Em curso	Em curso	
Em 01/01/2022	926.840	(465.204)	461.636
Adições	790.506	(407.651)	382.855
Transferências para o intangível (NE 22)	(71.013)	110.372	39.359
Transferências para ativo financeiro (NE 21.b)	(4.631)	2.410	(2.221)
Baixas de ativos da Concessão	-	-	-
Transferências – Reclassificações	(28.538)	-	(28.538)
Em 31/12/2022	1.613.164	(760.073)	853.091
Adições	678.720	(399.290)	279.430
Transferências para o intangível (NE 22)	(1.091.403)	711.231	(380.172)
Transferências para ativo financeiro (NE 21.b)	(131.248)	7.192	(124.056)
Baixas de ativos da Concessão	-	-	-
Transferências – Reclassificações	271	-	271
Em 31/12/2023	1.069.504	(440.940)	628.564

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Movimentação do ativo financeiro

Geração			
Ativo Financeiro - Concessão	Vinculados à concessão Em serviço	Obrigações Especiais Em serviço	Total
Em 01/01/2022	6.334	-	6.334
Transferências de Ativo de Contrato (NE 21.a)	(70)	-	(70)
Reconhecimento do valor justo	1.615	-	1.615
Em 31/12/2022	7.879	-	7.879
Baixas de ativos da Concessão	(25)	-	(25)
Reconhecimento do valor justo	(3.888)	-	(3.888)
Em 31/12/2023	3.966	-	3.966

Distribuição			
Ativo Financeiro - Concessão	Vinculados à concessão Em serviço	Obrigações Especiais Em serviço	Total
Em 01/01/2022	203.579	-	203.579
Transferências de Ativo de Contrato (NE nº 21.a)	4.631	(2.410)	2.221
Baixas de ativos da Concessão	(70)	-	(70)
Reconhecimento do valor justo	54.914	-	54.914
Em 31/12/2022	263.054	(2.410)	260.644
Transferências de Ativo de Contrato (NE nº 21.a)	131.248	(7.191)	124.057
Baixas de ativos da Concessão	(5)	-	(5)
Reconhecimento do valor justo	31.187	-	31.187
Em 31/12/2023	425.484	(9.601)	415.883

A prestação do serviço ocorre nos termos e condição estabelecidos na Portaria MME nº 388, de 26 de julho de 2016, a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica.

Com base nas características estabelecidas no termo e condição para a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condição para a aplicação da Interpretação Técnica ITG 01 (R1) - Contratos de Concessão e da Orientação Técnica CTG 05 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientação sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de geração e distribuição elétrica.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo Ativo Imobilizado da Companhia é recuperada através de duas formas, a saber:

Consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão;

Indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem este delegar ou licitar.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22 Intangível

Descrição	2023	2022
Contrato de Concessão nº 01/2019 - Vigente até 10/04/2049 – Geração	41.149	82.444
Contrato de Concessão nº 01/2019 - Vigente até 10/04/2049 – Distribuição	2.238.033	1.846.045
Intangíveis não Vinculados à Concessão - Softwares e Direito de Uso	52.470	61.285
	2.331.652	1.989.774

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem estimado e limitado à data do contrato de concessão, conforme ITG 01 (R1) – Contratos de Concessão.

Com a adoção da ITG 01 (R1), o valor de ativos fixos tangíveis das concessões e os correspondentes subsídios foram reclassificados para a rubrica de Intangíveis das Concessões - ITG 01 (R1).

Este grupo é formado pelo intangível vinculado à concessão que corresponde ao direito de uso da concessão (bens do imobilizado os quais foram bifurcados) e os demais direitos, que já faziam parte deste grupo e não foram bifurcados (que corresponde à rubrica “Outros”), conforme demonstrado no quadro acima.

Movimentação do ativo intangível

Intangível Vinculado à Concessão - Geração	Vinculados à concessão Em serviço	Obrigações Especiais Em serviço	Total
Em 01/01/2022	-	-	-
Transferências de Ativo de Contrato (NE nº 21.a)	86.534	(2.518)	84.016
Quotas de Amortização - Concessão 01/2019	(1.634)	62	(1.572)
Em 31/12/2022	84.900	(2.456)	82.444
Transferências de Ativo de Contrato (NE nº 21.a)	(2.680)	2.409	(271)
Quotas de Amortização - Concessão 01/2019	(2.307)	47	(2.260)
Baixas de ativos da Concessão	(38.764)	-	(38.764)
Em 31/12/2023	41.149	-	41.149

Intangível Vinculado à Concessão - Distribuição	Vinculados à concessão Em serviço	Obrigações Especiais Em serviço	Total
Em 01/01/2022	3.373.151	(1.518.404)	1.854.747
Transferências de Ativo de Contrato (NE nº 21.a)	71.013	(110.372)	(39.359)
Quotas de Amortização - Concessão 01/2019	(123.736)	56.690	(67.046)
Baixas de ativos da Concessão	(1.101)	-	(1.101)
Reconhecimento do valor justo	98.804	-	98.804
Em 31/12/2022	3.418.131	(1.572.086)	1.846.045
Transferências de Ativo de Contrato (NE nº 21.a)	1.091.403	(711.231)	380.172
Quotas de Amortização - Concessão 01/2019	(147.014)	71.739	(75.275)
Baixas de ativos da Concessão	3.388	-	3.388
Reconhecimento do valor justo	83.703	-	83.703
Em 31/12/2023	4.449.611	(2.211.578)	2.238.033

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Intangível Não Vinculado à Concessão	Em Serviço	Em Curso	Total
Em 01/01/2022	5.557	51.235	56.792
Adições	-	9.466	9.466
Transferências	31.949	(31.949)	-
Quotas de Amortização	(4.973)	-	(4.973)
Em 31/12/2022	32.533	28.752	61.285
Adições	-	2.009	2.009
Transferências	17.331	(17.331)	-
Quotas de Amortização	(10.824)	-	(10.824)
Em 31/12/2023	39.040	13.430	52.470

A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem. A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de geração e distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de geração e distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados de forma linear, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao novo prazo de concessão (vide Nota Explicativa n° 2.1).

Para o cálculo da amortização dos bens que compõem a infraestrutura é utilizada a taxa média anual tendo sido utilizada no período 3,96% para a geração e 3,85% para a distribuição (3,55% para a Geração e 3,69% para a distribuição em 2022).

23 Imobilizado

Os valores registrados neste grupo compreendem os bens de uso administrativo e os ativos. Seguem as rubricas que compõem esse grupo:

A movimentação do grupo de contas está demonstrada a seguir:

Geração	Em Serviço	Em Curso	Obrigações Especiais	Total
Imobilizado				
Em 01/01/2022	682	4	-	686
Adições	-	5	-	5
Transferências	151	(9)	-	142
Quotas de Depreciação	(351)	-	-	(351)
Em 31/12/2022	482	-	-	482
Quotas de Depreciação	(322)	-	-	(322)
Em 31/12/2023	160	-	-	160

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Administração/Distribuição

Imobilizado	Em Serviço	Em Curso	Obrigações Especiais	Total
Em 01/01/2022	40.747	59.195	(38.656)	61.286
Adições	0	46.034	-	46.034
Transferências	10.679	(8.446)	-	2.233
Quotas de Depreciação	(10.919)	-	-	(10.919)
Em 31/12/2022	40.507	96.783	(38.656)	98.634
Adições	-	6.368	-	6.368
Transferências	96.630	(96.630)	-	-
Quotas de Depreciação	(11.641)	-	-	(11.641)
Em 31/12/2023	125.496	6.521	(38.656)	93.361

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro (UC), conforme determina a Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015.

Quadro de transferências - Ativo financeiro, contratual, intangível e imobilizado

As transferências são realizadas entre os grupos de Ativo financeiro, Intangível e Imobilizado, não somente dentro do próprio grupo. Dessa forma, as transferências devem ser visualizadas no conjunto dos grupos, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	2023	2022
Ativo financeiro	124.056	2.151
Ativo contratual	(503.957)	(49.183)
Intangível	379.901	44.657
Imobilizado	-	2.375
	<u>-</u>	<u>-</u>

24 Análise do valor de recuperação de ativos não financeiros

Para o exercício de 2023, com base nas premissas adotadas e nos cálculos, apurou-se um excesso do valor uso comparado ao valor contábil do ativo intangível, não havendo necessidade de provisão por *Impairment* do Contrato de Concessão nº 01/2019.

As premissas do fluxo de caixa estão alinhadas com a norma contábil NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

As principais premissas utilizadas na elaboração do teste de recuperabilidade realizadas e projetadas foram:

- Fluxo de caixa real (sem inflação).
- Data-base do teste: 31 de dezembro de 2023.
- Dados de 31 de dezembro de 2023.
- Período da análise: de 1º de janeiro de 2024 até 30 de abril de 2049.
- Taxa de desconto: WACC 7,4252% a.a. em termos reais, conforme definido pela ANEEL – Despacho nr. 829, de 24/03/2023 - para as empresas distribuidoras.
- Considerado Capital de giro e sua variação no fluxo de caixa.
- Investimentos previstos no “Plano de Resultados ANEEL”
- Premissa de mercado conforme “Plano de Resultados ANEEL”.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Tarifa: utilizada a última tarifa homologada pela ANEEL e novas projeções para a revisão tarifária ordinária (em 2024 e 2029) e os reajustes periódicos (2025 a 2030);
- Impostos e deduções da receita: utilizada as mesmas alíquotas efetivas ocorridas em 2023;
- Encargos setoriais: utilizadas as informações do reajuste homologado em 2022 e projeções de 2024 a 2030;
- Encargos de Uso do Sistema: utilizada as informações do reajuste homologado em 2022;
- Perdas: utilizado o cenário considerado no “Plano de Resultados 2024-203” (plano de combate às perdas), o qual prevê uma queda substancial nas perdas;
- Compra de energia:
 - ✓ Preço: utilizada a tarifa média de compra de energia dos contratos;
 - ✓ Quantidade: utilizar a energia efetivamente contratada e comparar com a energia necessária (mercado + perdas), se tiver sobrecontratado vender o excedente nos mecanismos de venda MCSD, MVE e MCP; se tiver subcontratado comprar no MCP.
- PLD: previsão de 1 ano para o submercado Norte informado pela CCEE;
- PMSO: utilizado os valores previstos no “Plano de Resultados”;
- Provisões: dados realizados até 31/12/2023 e novas projeções com base no “Plano de Resultados”.

25 Fornecedores

Descrição – Circulante	2023	2022
Encargos do Uso da Rede Elétrica	20.560	6.488
Fornecedores de energia (a)	1.484.234	1.259.020
Materiais e Serviços	283.754	193.868
Parcelamentos	53.097	53.476
Outros	162	27.165
	1.841.807	1.540.017
Descrição – Não Circulante		
Parcelamentos	3.285	23.993

As obrigações com fornecedores decorrem da compra de energia elétrica para revenda, compra de combustíveis e pelo fornecimento de materiais e serviços.

- (a)** Esta rubrica representa os contratos de Compra e Venda de Energia para a Companhia, destacando principalmente o fornecimento da AmGT/Eletronorte no montante de R\$ 1.212.700 mil (desse montante o valor de R\$ 171.220 mil são encargos financeiros).

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26 Empréstimos e financiamentos

Empréstimos	Encargos (%)	2023		2022	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
RGR	7%	-	-	377	-
RGR	7%+CRC ¹	16.918	41.965	941	1.019
RO (a)	CDI+3%	2.407.348	3.066.584	1.191.352	3.466.747
Parcelamento AIC (b)	CDI+3%	136.857	-	147.639	123.032
Parcelamento Eletronorte (c)	CDI+2,75%	1.959.526	530.847	1.157.929	860.743
Parcelamento Itaú (d)	SELIC+111%	231.432	-	382.217	95.555
Parcelamento Breitener (e)	SELIC+124,75%	129.655	137.477	91.700	229.128
Machado Meyer	IPCA-E+0,5% a.m	15.520	-	26.605	15.520
Acordos parcelados	SELIC+124,75%	17.245	-	2.000	-
Mútuos – Oliveira Energia (f)	CDI+2,75%	175.387	-	-	-
Mútuos – Roraima Energia (f)	CDI+2,75%	92.895	-	-	-
		5.182.783	3.776.873	3.000.760	4.791.744
			8.959.656		7.792.504

(1) Comissão de reserva de crédito 1% (um por cento) ao ano calculado sobre o saldo não desembolsado do crédito.

(a) Recursos Ordinários – RO – Referem-se a contratos de financiamentos que visavam a captura de recursos para cobertura de déficit operacional e até financiamento de Projetos como o Energia+ (redução de perdas, melhoria da qualidade do serviço, recadastramento cadastral, regularização de clandestinos, início da digitalização da medição).

(b) Parcelamento AIC Ressarcível – Eletrobras – Contrato de Ressarcimento – Trata-se do contrato de ressarcimento celebrado entre Eletrobras/Amazonas/Oliveira Energia, em novembro/2021, em que foi registrado um montante de R\$ 419.959 mil, devidos à vendedora (Eletrobras), a título de pagamento pelos Ativos Imobilizado em Curso – AICs ressarcíveis correspondentes a 50% (cinquenta por cento) da contribuição de cada um dos ativos na base de remuneração líquida, conforme itens 5.1, inciso XXI e 5.3, do Contrato de Compra e Venda de Ação e Outras Avenças, assinado em 10 de abril de 2019, resultado do Leilão 2/2018-PPI/PND/Amazonas Energia. O montante mencionado está sendo ressarcido à Eletrobras em 36 parcelas mensais.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) **Parcelamento Eletronorte** - Trata-se dos Instrumentos de Confissão de Dívida – ICDs, entre a Amazonas Energia S.A. e a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A – AmGT, cuja causa principal da dívida decorre de sobrecontratação involuntária. Ao todo, foram firmados 4 Instrumentos de Confissão de Dívidas, quais sejam:
- (i) Instrumento firmado em 19/12/2019, no montante de R\$ 291.027 mil, com carência de pagamento de principal até 31/10/2020 e amortização em 36 parcelas mensais.
 - (ii) Instrumento firmado em 30/10/2020, no montante equivalente a R\$ 841.178 mil com carência de 4 meses, e liquidação em 56 parcelas mensais com término em outubro de 2025;
 - (iii) Instrumento firmado em 31/12/2020, no montante de R\$ 372.262 mil, com carência de 4 meses e 36 parcelas mensais, até abril de 2024.
 - (iv) Instrumento firmado em 28/07/2021, no montante de R\$ 808.750 mil, com carência até 30/06/2022 e 60 parcelas mensais, iniciando o pagamento em 17/07/2022 e finalizando em junho de 2027.
- (d) **Parcelamento Itaú** – Trata-se de dívida vinculada ao ativo da MP 855/2018 (vide Nota Explicativa 17.1.1, “e”). Em junho/2023, o saldo das últimas 11 parcelas foi objeto de renegociação junto ao Itaú, inclusive com o acionamento da conta garantia. (vide Nota Explicativa 12).
- (e) **Parcelamento Breitener** – Acordo judicial sobre diversas ações judiciais, cujo objetos são: cobrança de encargos moratórios, diferenças de faturamento do Anexo G, ação de cobrança c/c obrigação de não fazer para impedir aplicação de penalidades por indisponibilidade de potência, ação de cobrança de faturamentos a menor da Potência Contratada, entre novembro de 2016 e março de 2017, em razão de Aditivo Contratual firmado entre as Partes, ação anulatória que busca declarar a ilegalidade de glosas realizadas pela Companhia, relativas às penalidades aplicadas por indisponibilidade de potência.
- (f) **Mútuos Financeiros** – em vista da delicada situação econômico-financeira vivenciada pela Companhia, conforme destacado nas Notas Explicativas 1 e 26.3, ao longo do exercício 2023, e em razão da possibilidade de inadimplemento com a geradora responsável pelo suprimento/fornecimento de energia na Capital Manaus, em conformidade com os contratos de energia existentes, o que causaria a negatização junto à ANEEL, assim como traria prejuízos irreparáveis para a continuidade operacional da Companhia, fez-se necessário a contratação de mútuo financeiro com partes relacionadas a fim de evitar maiores danos já mencionados.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26.1 Movimentação dos empréstimos nos exercícios**A composição dos empréstimos tem seus vencimentos assim programados**

	2023	2022
2023	5.182.783	3.000.760
2024	708.196	1.014.871
2025	585.875	708.196
2026	447.966	585.875
2027	343.916	447.966
Após 2027	1.690.920	2.034.836
	8.959.656	7.792.504

Movimentação dos empréstimos nos períodos:

	2023		2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldo no início do exercício	1.340.310	3.590.798	472.414	4.028.173
Transf. entre circulante e não circulante	482.249	(482.249)	439.945	(439.945)
Encargos financeiros provisionados	921.876	-	638.745	-
Encargos financeiros pagos	(26.788)	-	(42.399)	-
Pagamentos de principal	(149.739)	-	(152.447)	-
Imposto de renda	(1.508)	-	(10.513)	-
Imposto de renda (compensação)	(5.277)	-	(5.435)	-
IOF + Atualização monetária	-	-	-	2.570
Saldo - Eletrobras	2.561.123	3.108.549	1.340.310	3.590.798
Saldo no início do exercício	-	-	658	-
Encargos financeiros provisionados	-	-	44	-
Pagamentos	-	-	(702)	-
Saldo – Bradesco	-	-	-	-
Saldo no início do exercício	1.157.928	860.743	413.548	1.286.400
Transf. entre circulante e não circulante	329.896	(329.896)	492.369	(492.369)
Atualização Monetária	-	-	-	66.712
Encargos financeiros provisionados	471.702	-	255.353	-
Encargos financeiros pagos	-	-	(246)	-
Pagamentos de principal	-	-	(3.096)	-
Saldo – Eletronorte	1.959.526	530.847	1.157.928	860.743
Saldo no início do exercício	382.217	95.555	535.486	669.357
Transf. entre não circulante e circulante	95.555	(95.555)	228.948	(228.948)
Transferência de saldo	-	-	-	(344.854)
Constituição	106.765	-	-	-
Pagamentos	(353.105)	-	(382.217)	-
Saldo – ITAÚ	231.432	-	382.217	95.555

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(Continuação)	2023		2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldo no início do exercício	91.700	229.128	-	-
Transf. entre circulante e não circulante	91.651	(91.651)	45.826	(45.826)
Transferências de saldo (entre contas)	-	-	91.700	274.954
Pagamentos de principal	(53.696)	-	(45.826)	-
Saldo – Breitner	129.655	137.477	91.700	229.128
Saldo no início do exercício	26.605	15.520	26.605	42.125
Transf. entre circulante e não circulante	15.520	(15.520)	26.605	(26.605)
Pagamentos de principal	(26.605)	-	(26.605)	-
Saldo - Machado Meyer	15.520	-	26.605	15.520
Saldo no início do exercício	2.000	-	100.593	320.780
Transf. entre circulante e não circulante	-	-	45.826	(45.826)
Transferências de saldo (entre contas)	-	-	(91.700)	(274.954)
Constituição	35.000	-	16.060	-
Pagamentos de principal	(19.755)	-	(68.779)	-
Saldo - Acordos Parcelados	17.245	-	2.000	-
Saldo no início do exercício	-	-	-	-
Constituição	210.725	-	-	-
Encargos financeiros provisionados	4.753	-	-	-
Encargos financeiros pagos	(4.753)	-	-	-
Pagamentos de principal	(52.532)	-	-	-
Atualização monetária	17.194	-	-	-
Saldo – Mútuos Partes Relacionadas	175.387	-	-	-
Saldo no início do exercício	-	-	-	-
Constituição	88.000	-	-	-
Atualização monetária	4.895	-	-	-
Saldo – Mútuos Roraima	92.895	-	-	-
Saldo no final do exercício	5.182.783	3.776.873	3.000.760	4.791.744

26.2 Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Companhia vincula a sua receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público para recebimento direto dos valores vencidos e não pagos, a satisfação da Eletrobras, formalizada na assinatura de alguns contratos. Durante o prazo de vigência dos mesmos e/ou até que os saldos devedores decorrentes destes instrumentos estejam totalmente quitados, a garantia pactuada poderá ser, a critério, objeto de revisão, complementação ou substituição, com o que a Companhia se compromete a atender a notificação da Eletrobras, sob pena de vencimento antecipado da totalidade da dívida. Ademais, nos contratos ECR-0284/2014, ECR-0289/2014 e ECF-3378/2019 há cláusula de vencimento antecipado em caso de falta de pagamento de quaisquer 2 (duas) parcelas consecutivas do principal do empréstimo ou da sua remuneração.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26.3 Situação Geral do Endividamento

O alto nível de endividamento que a Amazonas Energia vem assimilando desde a data da mudança do controle acionário, tem resultado em custos financeiros relevantes, afetando de forma contundente a administração financeira da empresa.

O total da dívida consolidada da Amazonas Energia que somou R\$ 8.959.656 mil, em 31 de dezembro de 2023, está concentrada no grupo Eletrobras em 91%. Destaca-se também que nesse montante de R\$ 8.959.656 mil está contido o valor de endividamento assumido pelo novo controlador em abril 2019 afetado pelos efeitos entre as datas de *valuation* (setembro de 2017) e a transferência do controle, no montante de R\$ 3.300.000 mil conforme exposto na NE 1.

Para solucionar tal questão, a Distribuidora apresentou pleitos administrativos e judiciais, todos encaminhados para conhecimento e avaliação da ANEEL, através dos quais se pretende obter do direito previsto em cláusula editalícia (EQUITY ZERO) e o reconhecimento da insuficiência das medidas de neutralidade regulatória que deveriam ter ocorrido no período de designação, preservando de forma sustentável a capacidade econômica e financeira da Amazonas Energia. Essa ação resultará no equacionamento do endividamento reduzindo-o em aproximadamente 49%.

Com a manutenção da condição editalícia (EQUITY ZERO) e o reconhecimento de outros créditos, o endividamento da Amazonas Energia alcançará patamares sustentáveis.

27 Obrigação sociais e trabalhistas

Descrição	2023	2022
Folha de pagamento	3.510	3.635
Encargos sociais – INSS	2.323	2.343
Encargos sociais – FGTS	730	729
SESI/SENAI/FNDE	198	206
Adicional SENAI	16	17
Férias a pagar	6.844	6.838
Gratificação de férias	2.281	2.279
Total	15.902	16.047

28 Outros passivos

Descrição	2023	2022
Contrib. Iluminação Pública Arrecadada	10.886	13.144
Consumidores	44.226	32.316
Outros Credores	16.218	16.172
Total	71.330	61.632
Circulante	57.775	48.077
Não Circulante	13.555	13.555

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29 Provisões para causas judiciais e depósitos judiciais

Por natureza:	2023		2022	
	Provisões Judiciais	Depósitos Judiciais e Caução	Provisões Judiciais	Depósitos Judiciais e Caução
Trabalhista	172.795	107.256	190.226	129.098
Cíveis	364.654	99.702	442.074	150.785
Tributárias	334.407	24.287	305.675	19.735
Ambientais	1.004	-	504	-
Regulatório	133.733	89.799	118.306	84.799
Bloqueio judicial	-	841	-	2.180
	1.006.593	321.885	1.056.785	386.597

29.1 Natureza das causas

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada na opinião de seus consultores jurídicos externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

Trabalhistas e previdenciárias – Consistem em ação movidas por empregados do quadro próprio e de empresas prestadoras de serviços, vinculadas a questões ligadas às relações de trabalho e emprego.

Cíveis – A Companhia é parte em diversas ações cíveis, ligadas à relação de consumo, relativas à indenização por danos morais e materiais decorrentes principalmente de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, além de ação que têm por objeto ação de cobrança de valores decorrentes de reequilíbrio ou reajuste de contratos.

Tributárias – Os principais processos tributários envolvem compensação não homologadas de PIS e COFINS, cobranças de contribuição previdenciária indevida, autuação pela escrituração/extemporânea de créditos de ICMS, exigência de estorno de crédito de ICMS sobre perdas de energia, aproveitamento de créditos de ICMS em razão dos subsídios da CCC, cobrança de ISS sobre serviços acessórios do serviço de distribuição de energia elétrica, cobranças de salário-educação de empregados, ITR sobre área alagada por hidroelétrica, pedido de devolução de PIS e COFINS pagos a maior em face de inconstitucional majoração de base de cálculo, além de execução fiscais diversas e processos em que os consumidores buscam ressarcimento da taxa da iluminação pública ou da COSIP paga.

Ambientais – As principais contingências ambientais dizem respeito a ações civis públicas que visam evitar o despejo de dejetos químicos oleosos no meio ambiente, cumulada com dano material e moral; apuração de ruídos, resíduos sólidos, derramamento de óleo, emissão de fuligem, com pedido de indenização.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Regulatórias – Tem origem na aplicação de multas pelo órgão regulador ANEEL, os quais a Companhia contesta em juízo.

29.2 Movimentação dos saldos

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

Natureza	2022	Adições	Reversões	Atualizações	Transf.	2023
Trabalhistas	190.226	18.419	(55.181)	19.331	-	172.795
Cíveis	442.075	124.516	(216.392)	14.456	-	364.655
Tributárias	305.675	8	-	28.724	-	334.407
Ambientais	503	394	(3)	110	-	1.004
Regulatório	118.306	-	-	15.426	-	133.732
	1.056.785	143.337	(271.576)	78.047	-	1.006.593

Natureza	2021	Adições	Reversões	Atualizações	Transf.	2022
Trabalhistas	217.033	35.122	(85.990)	24.061	-	190.226
Cíveis	555.306	52.181	(222.285)	57.249	(376)	442.075
Tributárias	275.516	-	(105)	30.264	-	305.675
Ambientais	203	262	-	38	-	503
Regulatório	108.541	-	(3.421)	13.186	-	118.306
	1.156.599	87.565	(311.801)	124.798	(376)	1.056.785

29.2.1 Cíveis

No saldo de provisão para causas cíveis, destacam-se ação de cobrança, danos morais e materiais, ação civil pública por dano moral coletivo, ação regressiva, ação de cobrança de encargos moratórios em razão de atraso no pagamento de faturas.

29.2.2 Tributárias

Trata-se, principalmente, de 13 autos de infração (SEFAZ-AM), sendo 11 da AmE (2003-2016) e 2 da extinta CEAM (2006-2007), num total de R\$ 2.139.079 mil, considerados como risco provável de perda. A Companhia obteve parecer jurídico de seus assessores externos, no qual foi considerado como perda provável apenas a parcela do principal e multa sobre as perdas não regulatórias do período de novembro de 2005 a dezembro de 2008, que atualizados em 31 de dezembro de 2023 equivalem a R\$ 324.484 mil (R\$ 297.365 mil em 2022), e para o restante do valor foi considerado como risco de perda remota.

Os autos de infração foram lavrados para cobrança do valor dos créditos de ICMS que deixaram de ser estornados pela Companhia, em virtude de perdas técnicas e comerciais na transmissão e distribuição de energia elétrica. Nas defesas da Companhia, a tese sustentada é de que a legislação somente pode exigir o estorno das perdas extraordinárias à atividade, uma vez que as perdas ordinárias, por serem previsíveis, integram o preço da mercadoria vendida e, portanto, majoram a tributação pelo ICMS. Alega-se também que no caso específico da energia elétrica, a legislação prevê expressamente que as perdas, sejam elas técnicas ou comerciais, devem compor o valor da tarifa, sendo, assim, inerentes à atividade, de modo que a exigência de estorno não se justificaria. Classificam como risco de perda remoto as perdas comerciais reconhecidas na tarifa (a SEFAZ entende que apenas as perdas técnicas seriam inerentes à atividade, posicionamento idêntico à RFB - Solução de Consulta nº 17 - COSIT).

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29.3 Processos classificados como perda possível

Natureza	2023	2022
Trabalhistas	309.123	283.977
Cíveis (29.3.1)	2.064.926	2.080.674
Tributárias (29.3.2)	2.106.071	3.535.848
Ambiental	185.326	-
Regulatórias (29.3.3)	926.281	-
	5.591.727	5.900.499

29.3.1 Processos Cíveis

Dentre os objetos das ações mais relevantes destacam-se processos oriundos de ação de cobrança, glosa contratual, execução de título extrajudicial, ação de indenização por danos materiais e morais com lucros cessantes.

29.3.2 Processos Tributários

São diversos processos relativos a tributos federais, estaduais e municipais que se encontram na esfera administrativa, destacando-se entre os principais:

- (a) Suposta falta de recolhimento de ICMS-ST, no período de 01/2021 a 08/2021, no montante de R\$ 340.599 mil;
- (b) Ação visando a repetir os valores pagos pela empresa a título de contribuição ao PIS e COFINS no período de 07/2001 a 11/2002 e 07/2001 a 20/01/2004, respectivamente, em face da ilegal e inconstitucional majoração de sua base de cálculo, no montante de R\$ 317.396 mil;
- (c) Suposta falta de recolhimento do ICMS, no regime de antecipação, compreendidos no período de 02/2021 a 08/2021, no montante de R\$ 276.473 mil.
- (d) Ação anulatória de débito fiscal que visa desconstituir a cobrança do recolhimento do ICMS antecipado, no montante de R\$ 258.527 mil.
- (e) Ação de Execução Fiscal que visa garantir o aproveitamento integral de créditos de ICMS sobre combustíveis no âmbito do reembolso CCC, no montante de R\$ 145.219 mil.

29.3.3 Processos Regulatórios

Destacam-se as ações:

- (f) Um processo (AmE x ANEEL) no valor de R\$ 460.622 mil (R\$ 435.638 mil em 2022), referente a ação ordinária visando à recomposição financeira, por meio de reajuste tarifário, das perdas incorridas pela Companhia em decorrência do método de devolução do PIS e da COFINS embutidos na tarifa determinado pela ANEEL, bem como a anulação do auto de infração nº 075/2008-SFF.
- (g) Um processo da Associação Brasileira Consumidores Água Energia Elétrica (ASSOBRAEE) no valor de R\$ 429.783 mil (R\$ 409.873 mil em 2022) referente à Ação civil pública visando declarar a nulidade da Portaria nº 45/86 do extinto Departamento

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), bem com pedido de restituição de todas as quantias cobradas pela Companhia com base nessa majoração de março a novembro de 1986.

29.4 Processos classificados como perda remota

Dentre o montante dos processos passivos classificados como perda remota, convém destacar o valor de R\$ 3.472.583 relativo a processos tributários, cuja origem basicamente refletem 3 temas, quais sejam:

- (a) **ICMS s/Perdas** – AINF emitidos referente ao fisco entender que a empresa deve estornar o volume de créditos oriundos das compras, as quais não se concretizaram nas vendas, o que no setor chamamos de perdas técnicas e não técnicas. Essas perdas chamadas comerciais (fraudes, desvios, erros etc.) parte significativas dessas perdas, estão incluídas na TARIFA (preço de venda). Entende-se que a Perda Regulatória, que está contida na TARIFA, corrige de forma significativa o % de perdas que efetivamente são medidas e não faturadas. Logo, a Companhia busca comprovar que os valores dos referidos AINF estão errados, e portando devem ser cancelados.
- (b) **ICMS Antecipado** – O Estado através da SEFAZ, emitiu dezenas de AINF, os quais montam R\$ 1,5 bilhão, sendo que os mesmos na esfera administrativa e ou judicial, os valores fiscais de cada AINF depois de julgados pela própria SEFAZ, estão sofrendo reduções em seus valores iniciais, em percentual em torno de 80%. Até o final de 2024 deverão estar julgados todos esses processos, e assim ao final, o valor a ser pago, terá a mesma equivalência do respectivo crédito na conta gráfica de ICMS da AmE.
- (c) **ICMS Substituição Tributária-ST** – Ao final de 2021, o Supremo Tribunal Federal – STF, declarou inconstitucional a aplicação do regime de ICMS-ST, e determinou que o Estado do Amazonas, publicasse uma Lei para legalizar aquilo que foi implementado pelo Estado em maio de 2019, passando essa lei a vigorar a partir de janeiro de 2022. Como a Companhia vinha discutindo essa metodologia judicialmente, foi amparada pela decisão do STF. Assim não efetuou o recolhimento de parte do ICMS-ST (parcela notificada pela SEFAZ), no período fevereiro de 2020 a dezembro de 2021.

O Estado (SEFAZ), embora tenha ocorrido a decisão do STF em 2021, a mesma emitiu alguns AINF de forma a cobrar parte dos valores que a Companhia não efetuou o recolhimento (Parcela notificada), e para tanto a empresa está se defendendo dos referidos AINF, de modo que se ao final resultar em obrigação de pagar, a AmE deverá utilizar montante relevante de Pedidos de Ressarcimentos (R\$ 300 milhões), referentes a créditos junto a SEFAZ-AM, visto que a Concessionária efetuou pagamentos em cifras superiores ao devido, objeto de metodologia aplicada na cobrança do ICMS-ST.

Destaca-se que o Fisco Estadual, cobra o ICMS-ST com base no volume das notas fiscais de compras de energia, sendo que os geradores de outros estados, quando a sua UF aderiu ao Convênio do Estado do Amazonas, o ICMS-ST está embutido e destacado em cada nota fiscal de compra. Quando o referido fornecedor (Gerador) não está em Unidade Federativa – UF conveniada com o Amazonas, a SEFAZ emite notificação mensal para que a empresa pague o referido imposto.

Ocorre que no volume de compras que são faturadas para a Companhia, parte significativa (em torno de 35%), a energia comprada não ingressa no Estado do Amazonas, portando não cabe uma tributação desse volume de compras. Esses valores

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pagos a maior (indevidamente), a empresa efetua pedidos de ressarcimentos. Esses créditos podem ser utilizados para quitar qualquer dívida de ICMS-ST. Daí a não necessidade de provisão desses processos.

O ICMS-ST, diferenças não pagas referentes alguns meses de 2022 e 2023, estão provisionadas no passivo circulante (não são contingências).

29.5 Ativo contingente

(a) Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS e da COFINS

Em 22/01/2019, a companhia impetrou um pedido de liminar com sentença em Mandado de Segurança, objetivando: a) em sede de liminar, a suspensão da exigibilidade do PIS e da COFINS incidentes sobre a parcela relativa ao ICMS incidente nas operação de venda de mercadorias; b) No mérito, reconhecer o direito líquido e certo de excluir da base de cálculo do PIS/COFINS a parcela do ICMS incidente nas suas operação, retroagindo aos últimos 5 anos, determinando que a autoridade impetrada se abstenha de qualquer cobrança a tal título; c) Assegurar à impetrante o direito líquido e certo à compensação, pela via administrativa, de todos os valores indevidamente recolhidos nos últimos cinco anos até o trânsito em julgado da presente ação mandamental, a título das contribuição PIS/COFINS sobre a parcela do ICMS incidente nas suas operação e constantes das notas fiscais, atualizados pela taxa SELIC ou outro índice que vier a substituí-la; d) Declarar, em conformidade com o entendimento firmado no Recurso Extraordinário nº 574.706, que o ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuição em voga, corresponde ao montante destacado na Nota Fiscal (ou documento equivalente), ao contrário do que sustenta a RFB através da Solução de Consulta Interna COSIT nº 13/2018.

Não há reconhecimento no balanço da Companhia de qualquer valor relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, em virtude de não ter havido decisão definitiva em esfera judicial (trânsito em julgado). Ademais, a estimativa da Companhia é que a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, reflita uma redução tributária líquida no montante de R\$ 107.796 mil (R\$ 19.228 mil de PIS e R\$ 88.568 mil de COFINS).

(b) Suspensão de cobrança de PIS e COFINS em contratos

Ação impetrada contra a ELETRONORTE e que visa a suspensão da cobrança, no preço contratado, pelas contribuições do PIS e da COFINS no bojo dos Contratos: CVEE 87.495/2013; CVEE 87.497/2013; CVEE 87.499/2013; CVEE 001/2018; CVEE 002/2018; CVEE 003/2018; CVEE 004/2018; e CVEE 005/2018; bem como a devolução dos valores pagos indevidamente, face à isenção prevista no art. 4º do Decreto-Lei 288/1967. Valor da causa: R\$ 947.228 mil

30 Capital social

O Capital Social, em 31 de dezembro de 2023, totalmente integralizado, está distribuído conforme demonstrativo abaixo:

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Acionistas	R\$ mil	Participação (%)	Quantidade
Oliveira Energia S.A.	10.151.152	91,13	17.676.383
Empregados e aposentados	995.515	8,87	1.720.071
	11.146.667	100,00	19.396.454

Todas as ações são ordinárias nominativas, sem valor nominal.

31 Receita operacional líquida

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é demonstrada como segue:

Fornecimento – descrição	2023	2022	Δ%
Residencial (a)	1.985.208	2.014.815	(1,5)
Industrial (a)	286.320	398.547	(28,2)
Comércio, serviços e outros (a)	971.163	1.056.423	(8,1)
Rural (a)	61.723	58.198	6,1
Poder público (a)	448.348	455.960	(1,7)
Iluminação pública (a)	57.189	70.977	(19,4)
Serviço público (a)	58.314	60.882	(4,2)
Energia Elétrica na CCEE	399.357	457.283	(12,7)
Não faturado	32.484	15.231	113,3
Receita ultrapassagem de demanda e excedente reativo (b)	(50.966)	(28.789)	77,0
	4.249.140	4.559.527	(6,8)
Tarifa – Cons. Livres - TUSD (c)	491.195	387.844	26,6
Outras Receitas			
Construção	678.732	793.321	(14,4)
Ativos e passivos regulatórios - CTG 08 (d)	46.949	(330.226)	(114,2)
Outros	259.975	655.630	(60,3)
	985.656	1.118.725	(11,9)
Receita operacional bruta	5.725.991	6.066.096	(5,6)
Deduções			
PIS	(57.859)	(73.262)	(21,0)
COFINS	(266.504)	(337.447)	(21,0)
ICMS	(23.546)	-	(100,0)
P&D e PEE	(43.000)	(48.893)	(12,1)
CDE	(338.938)	(317.766)	6,7
Taxa Fiscalização Aneel	(4.806)	(4.231)	13,6
	(734.653)	(781.599)	(6,0)
Receita operacional líquida	4.991.338	5.284.497	(5,5)

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fornecimento - Descrição	Não auditados					
	Nº de Consumidores			Mwh		
	2023	2022	Δ%	2023	2022	Δ%
Residencial	891.151	855.613	4,1	2.554.775	2.239.733	14,1
Industrial	1.783	2.105	(15,3)	303.702	377.239	(19,5)
Comércio, serviços e outros	82.837	80.958	2,3	1.181.426	1.089.663	8,4
Rural	35.932	38.448	(6,5)	79.824	79.041	1,0
Poder público	9.940	9.161	8,5	560.911	538.687	4,1
Iluminação pública	219	229	(4,4)	124.531	141.061	(11,7)
Serviço público	1.884	1.796	4,9	74.356	77.713	(4,3)
	1.023.746	988.310	3,6	4.879.525	4.543.137	7,4

- (a) Na receita de fornecimento de energia elétrica, apesar do forte crescimento de mercado, principalmente o cativo, com maior consumo em razão das temperaturas elevadas decorrente dos eventos climáticos ocorridos no Amazonas em 2023, a receita apurada no ano de 2023 foi negativamente afetada pelos seguintes efeitos:
- ii) Cobertura tarifária insuficiente relativa ao ICMS/ST – R\$ 285 milhões: No Reajuste Tarifário Anual - RTA de 2022, a ANEEL incluiu os custos do ICMS-ST como parte dos custos de compra de energia, usando um Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final (PMPF) defasado e uma alíquota de ICMS reduzida pela Lei Complementar nº 194/2022. Com a publicação da Lei Complementar nº 242/2022, a alíquota do ICMS no Amazonas aumentou de 18% para 20%, e o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu partes da Lei Complementar nº 194/2022, afetando a base tributável. A Amazonas Energia solicitou à ANEEL a revisão do PMPF e a atualização dos custos tributários para refletir essas mudanças, contudo a ANEEL indeferiu o pedido argumentando que os custos seriam compensados financeiramente e considerados na próxima revisão tarifária a ocorrer em maio de 2024. Em 2023, a estimativa de custos não cobertos do ICMS-ST alcançou cerca de R\$ 321 milhões com atualização.
 - iii) Não reversão do financeiro de Bandeira Escassez Hídrica - R\$ 178 milhões: Durante o ciclo tarifário de 2021, a ANEEL adotou medidas para atenuar os reajustes tarifários devido à crise hidroenergética que afetava os reservatórios do SIN. Nesse contexto, foi instituída a Bandeira Escassez Hídrica com um custo adicional de R\$ 142,00/MWh de setembro/2021 a abril/2022. Isso visava recuperar o déficit das distribuidoras na Conta Bandeiras. Para alinhar os custos da Bandeira Escassez com os processos tarifários e evitar duplicidade, a ANEEL aplicou um tratamento excepcional nos reajustes de outubro/2021 a junho/2022, o que resultou em um ajuste financeiro negativo de R\$ 178 milhões nas tarifas para a Amazonas Energia no reajuste de 2021. Esse ajuste, que deveria ser positivamente revertido em 2022 não ocorreu. A companhia solicitou a ANEEL o reconhecimento desse ativo, agora estimado em R\$ 241 milhões, mas a agência recusou, argumentando que os custos adicionais seriam compensados financeiramente e considerados na revisão tarifária seguinte, agendada para maio de 2024.
- (b) Refere-se à reversão de receita obtida através do faturamento aos clientes finais de penalidades por ultrapassagem dos limites contratados para demanda e excedente de reativo. Os valores dessa receita foram transferidos para a conta de obrigação setoriais e serão utilizados como redutor da Parcela B, no próximo ciclo de reajuste tarifário.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) Receita proveniente de grandes consumidores que estão conectados ao sistema elétrico da Companhia na condição de “livres”, a referida receita remunera a utilização da rede de distribuição especificamente no que diz respeito ao transporte da energia adquirida no Sistema Interligado Nacional. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de uso da rede”. O aumento na receita também é reflexo do reajuste médio nas tarifas a partir de 01 de novembro de 2022 que foi de 4,38%, conforme Resolução Homologatória 3.132/2022 e em função do aumento do consumo, da migração de clientes cativos para o mercado livre, além do retorno da incidência do ICMS sobre a TUSD.
- (d) Ativos e Passivos Regulatórios – em 2022 está fortemente impactada pelos valores recebidos da Conta Bandeiras, que veio a compensar os valores constituídos a título de Encargos de Uso do Sistema (custos do risco hidrológico). Neste sentido, reverteu-se uma constituição de CVA, contudo essa Receita migrou para a conta bandeiras (Outros).

32 Custo com energia elétrica

A Companhia, para atendimento aos seus consumidores, mantém contrato com diversas empresas, comprando energia de produtores independentes e por meio de leilões, no Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

Descrição	2023	2022
Compra de Energia (a)	(8.093.123)	(7.547.024)
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	(298.722)	(289.741)
Comercialização de Energia Elétrica - curto prazo	(193.296)	(191.027)
Aluguel de Grupos Geradores (b)	(91.125)	(121.262)
Proinfa	(74.203)	(82.278)
	(8.750.469)	(8.231.332)

- (a) Compra de Energia – Excluindo o efeito extraordinário em 2022, relativo à reversão de valores de ICMS-ST, no montante de R\$ 536.639 mil, o aumento do custo com a compra de energia reflete apenas o impacto das variações dos índices de atualização dos contratos.

A reversão do custo do ICMS-ST, ocorreu como resultado das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 6144 e 6624. Estas decisões reconheceram a inconstitucionalidade da instituição do regime de ICMS-ST estabelecido pelo Decreto nº 40.628/2019. Essa reversão deu-se no passivo de tributos a recolher em contrapartida ao resultado na rubrica de energia elétrica comprada para revenda. Isso significa que foi reconhecido um efeito não recorrente na compra de energia reduzindo o custo da empresa em 2022.

- (b) Aluguel de Grupos Geradores – a redução reflete a transformação operacional da companhia passando de um modelo em que era geradora de energia no Sistema Isolado – SISOL para uma estrutura em que adquire energia de produtores independentes de energia. Em 2023, os municípios de Parintins e Itacoatiara se interligaram ao Sistema Interligado Nacional - SIN, restando apenas 8 usinas em operação comercial.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

33 Custo de operação e receitas e (despesas) operacionais

33.1 Custo de operação

Descrição	2023	2022
Pessoal (a)	(120.730)	(133.364)
Material (b)	(18.485)	(12.142)
Serviço de terceiros (a)	(404.217)	(451.449)
Combustível p/produção de Elétrica (c)	(397.793)	(756.771)
(-) Recuperação de despesa CCC (d)	5.227.284	6.078.215
Depreciação e Amortização Acumulada	(79.881)	(70.847)
Outras despesas operacionais (e)	(46.666)	(128.457)
Total	4.159.512	4.525.185

- (a) Pessoal e Serviços, a redução é reflexo da política de redução de custos e despesas, através da renovação do quadro de pessoal, ajustes no plano de saúde e gestão na transferência da mão de obra própria e terceirizada – MOP/MOT para o ativo de contrato.
- (b) Material, teve aumento com destaque na utilização de materiais técnicos para atender o programa de manutenção do sistema elétrico e das medidas convencionais para combater fraudes no consumo de energia.
- (c) A redução na rubrica de Combustível p/produção de E.E. está atrelada ao fato de que as localidades de Parintins e Itacoatiara se interligaram ao sistema interligado Nacional – SIN, a partir de jun/2023 migrando esse custo para os custos com compra de energia.
- (d) A subvenção CCC reembolsa a diferença entre o custo total de geração da energia elétrica e a valoração da quantidade correspondente de energia elétrica pelo custo médio da potência e energia comercializada no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, do Sistema Interligado Nacional - SIN. Na Companhia, os seguintes custos são objeto de reembolso pela CCC:
- Combustível;
 - O&M dos custos de geração própria, incluindo a locação de grupos geradores;
 - Contratos de Comercialização e Venda de Energia Elétrica – CCVEs com a AmGT e BK Energia;
 - Contratos de Potência e Energia Elétrica – CPEEs com a AmGT; e
 - Contratos de Comercialização de Energia no Sistema Isolado – CCESIs

A redução no valor de reembolso é reflexo da rubrica dos custos com combustíveis, pois as duas maiores usinas “Itacoatiara e Parintins” se interligaram ao Sistema Interligado Nacional – SIN, a partir de junho/2023, migrando os custos com a aquisição de energia para distribuição nessas localidades para a rubrica de compra de energia. Ademais, para 2023 o ACRméd é de R\$ 348,72/MWh (R\$ 274,01/MWh em 2022).

33.2 Custo de Construção

Embora a Companhia tenha envidado esforços na execução do seu plano de CAPEX, a redução está atrelada às dificuldades financeiras na aquisição/construção de novos ativos.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

33.3 Outras despesas operacionais

Descrição	2023	2022
Arrendamentos e aluguéis	(1.199)	(698)
Seguros	(1.789)	(1.259)
Recuperação de despesas	25.246	10.536
Tributos	(6.242)	(5.285)
Consumo próprio de EE.	(9.419)	(9.031)
Transgressão dos Indicadores continuidade/qualidade (a)	(27.081)	(95.765)
Diárias - viagem à serviço	(357)	(451)
Outras despesas	(25.825)	(26.504)
Total	(46.666)	(128.457)

(a) O resultado de 2022, está impactado pelos reprocessamentos de outros períodos, possível após a implantação do novo Sistema de Gestão Técnica da Distribuição que visa o atendimento dos requisitos regulatórios plenamente. Na ocasião foi realizado o recadastramento dos ativos elétricos, gerando melhor qualidade na coleta e apuração dos indicadores.

33.4 Outras receitas (despesas) operacionais

Descrição	2023	2022
		(Reapresentado)
Pessoal	(55.155)	(66.072)
Material	(6.283)	(10.769)
Serviço de terceiros	(76.670)	(73.761)
Depreciação e amortização acumulada	(20.440)	(14.013)
Provisões operacionais (33.5)	(226.924)	(463.869)
Outras despesas operacionais	(38.828)	12.171
Ajuste a Valor Justo – Ativos Concessão (a)	111.002	155.333
Total	(313.298)	(460.980)

(a) Ajuste a Valor Justo – Ativos Concessão – Para os ativos vinculados à concessão (ativos financeiros e ativos intangíveis), a Companhia avaliou o valor de recuperação desses ativos comparando-os com o valor da Base de Remuneração Regulatória – BRR definido pela ANEEL no processo de Revisão Tarifária Extraordinária (Nota Técnica nr.186/2020-SFF/ANEEL, de 20/10/2020). A BRR foi atualizada para 31/12/2023, bem como foram adicionadas/deduzidas as movimentações ocorridas no período de janeiro/2023 a dezembro/2023. Assim sendo, na Distribuição e Geração Associada o valor calculado pelo agente regulador mais movimentação é superior ao valor contábil e, portanto, a Companhia optou por realizar os ajustes dos ativos.

33.5 Provisões operacionais

Descrição	2023	2022
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (a)	(197.457)	(451.115)
Reversão de créditos de liquidação duvidosa (a)	149.601	437.310
Perdas com clientes (a)	(100.567)	(459.366)
Provisão para contingências judiciais (b)	(143.337)	(87.565)
Reversão para contingências judiciais (b)	271.576	308.509
Provisão para contingências efetivas	(206.740)	(211.642)
	(226.924)	(463.869)

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Na PECLD, diante do cenário econômico de inflação, leis invasoras e aumento de tarifas, a Companhia tem sofrido com o crescimento da carteira de recebíveis afetando a PECLD. Destaca-se ainda que 2022 está impactado também pelos valores de perdas. Foi identificado que, na rubrica de outros créditos, estavam incluídos valores de perdas com clientes que não haviam sido efetivamente contabilizados como perdas no resultado do exercício de 2022, permanecendo assim no ativo da companhia.
- (b) Nas provisões contingenciais destaca-se a reversão de contingências trabalhistas e cíveis quer seja por mudança no grau de risco dos processos, celebração de acordos judiciais, ou mesmo pelo encerramento de processos.

34 Resultado financeiro

Descrição	2023	2022
Receitas financeiras		
Aplicação financeiras	10.609	32.692
Acréscimo moratório s/energia vendida	96.324	208.888
Atualização monetária ativa	18.979	72
Ganhos pelo Valor da Indenização (a)	51.959	74.960
Ativos e passivos financeiros setoriais	39.911	122.219
Juros multas e descontos	(12.858)	172
Juros remuneratório CCEE	9.960	7.366
Atualização monetária judicial (b)	11.528	13.445
Outras receitas financeiras	368	1.455
(-) Tributos s/Receita Financeira	(11.208)	(20.464)
	215.572	440.805
Despesas financeiras		
Atualização monetária passiva	-	(36.171)
Encargos de dívidas (c)	1.574.266	1.026.570
Atualização de ativos e passivos regulatórios	89.602	74.049
Juros; multas e descontos	36.822	8.969
Atualização monetária judicial (d)	78.047	124.799
Atualização monetária – Selic	88.716	119.169
Imposto sobre operações financeiras - IOF	163	840
Perda de avaliação atuarial	59	227
Descontos condicionais sobre energia (e)	92.473	46.562
Outras despesas diversas	824	34.235
	1.960.972	1.399.249
Resultado financeiro	(1.745.400)	(958.444)

- (a) Referem-se aos valores de atualização recebidos sobre o AIC Indenizado e Sobras Físicas;
- (b) Referem-se as atualizações monetárias dos depósitos judiciais;
- (c) Referem-se a atualização das dívidas e financiamentos informados na Nota Explicativa nº. 26 – Empréstimos e Financiamentos. Desse montante, o valor de R\$ 114.939 mil refere-se a atualização da glosa incidente sobre os valores da MP 855/18, que foram cedidos ao Banco Itaú. Há ainda o valor R\$ 26.843 mil referentes a atualização dos mútuos financeiros entre a Companhia e suas partes relacionadas; e
- (d) Relativo as atualizações dos processos contingentes, onde os processos cíveis, ambientais e regulatórios são atualizados pelo índice INPC + 1% ao mês de juros legal,

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

os processos trabalhistas e tributários são atualizados pela Selic.

- (e) Ao longo do exercício a Companhia efetuou diversos feirões de renegociação concedendo aos clientes desconto de diversos valores de juros, multa e atualizações.

35 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

35.1 Gestão do risco de capital

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisição e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Total dos empréstimos	(8.959.656)	(7.792.504)
(-) Caixa e equivalentes de caixa e TVM	40.239	135.869
Dívida líquida	<u>(8.919.417)</u>	<u>(7.656.635)</u>

Os saldos contábeis de certos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia usa a seguinte classificação para enquadrar os seus instrumentos financeiros e seus respectivos níveis:

Ativos financeiros	Nível	Classificação	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixas e equivalentes de caixas	1	Valor justo por meio do resultado	40.239	22.912
Consumidores		Custo amortizado	1.163.666	1.341.242
Concessionárias e permissionárias		Custo amortizado	77.588	78.216
Direitos de ressarcimento		Custo amortizado	629.915	1.383.552
Ativos financeiros setoriais		Custo amortizado	840.159	272.646
Ativo financeiro		Custo amortizado	419.849	268.523
			<u>3.171.416</u>	<u>3.367.091</u>
Valor justo				
Títulos e Valores Mobiliários - TVM	2	Valor justo por meio do resultado	-	112.957
Passivos financeiros	Nível	Classificação	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Empréstimos e financiamentos		Custo amortizado	8.959.656	7.792.504
Fornecedores		Custo amortizado	1.845.092	1.564.010
Obrigação de ressarcimento		Custo amortizado	402.154	402.154
Passivos financeiros setoriais		Custo amortizado	1.216.075	594.853
			<u>12.422.977</u>	<u>10.353.521</u>

Técnicas de avaliação e informação usadas:

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) **Caixas e Equivalentes de Caixas; Contas Bancárias Vinculadas e Ativos Regulatórios:** Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- (b) **Títulos e valores mobiliários - Curto e Longo Prazo:** usualmente mantidos para negociação em curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.
- (c) **Consumidores:** são registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização.
- (d) **Ativos financeiros:** são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo da concessão.
- (e) **Direito de Ressarcimento:** São ativos financeiros que representam o direito de reembolso da CCC, relativos aos custos de geração de energia elétrica nos sistemas isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados. São classificados como custo amortizado.
- (f) **Fornecedores:** são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variação monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.
- (g) **Empréstimos e financiamentos:** são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.
- (h) **Obrigação de ressarcimento:** referem-se aos valores de adiantamentos e tributos (ICMS, PIS e COFINS) a serem devolvidos ao Fundo CCC e são valorizados a custo amortizado.
- (i) **Demais instrumentos financeiros:** os valores justos são similares aos seus valores contábeis, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; e (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa de CDI.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, serviço de precificação ou agência reguladora. E os preços representam transação de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais classificados como valor justo por meio de resultado ou através de outros resultados abrangentes anteriormente classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confia o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2, ou entre o Nível 2 e o Nível 3 durante o exercício de 2022.

35.2 Gestão de riscos financeiros

No exercício de suas atividades, a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

35.2.1 Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade de a Companhia contabilizar perdas em razão de oscilação das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a empréstimos.

Este risco é mitigado pelo fato de a Companhia concentrar a captação de seus empréstimos com a Eletrobras, a juros fixos.

Análise de Sensibilidade

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50%, dos indexadores SELIC, CDI e IPCA.

Descrição	2023	Cenário I Provável 2023 ¹	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹
Empréstimos obtidos - SELIC	58.883	6.839	8.548	10.258
Empréstimos obtidos - CDI	5.742.213	687.287	859.109	1.030.931
Parcelamentos - SELIC	515.808	59.907	74.883	89.860
Parcelamentos - CDI	2.627.232	314.454	393.068	471.681
Parcelamentos - IPCA	15.520	87	109	130
Impacto no Resultado		1.068.574	1.335.717	1.602.860

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) Premissas adotadas	Provável (**)	25%	50%
SELIC	11,61%	14,56%	17,42%
CDI	11,97%	14,96%	17,95%
IPCA	0,56%	0,70%	0,84%

Descrição	2022	Cenário I Provável 2022 ¹	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹
Empréstimos obtidos - SELIC	2.336	318	398	478
Empréstimos obtidos - CDI	4.928.771	482.527	603.282	724.036
Parcelamentos - SELIC	800.599	109.122	136.422	163.722
Parcelamentos - CDI	2.018.673	197.628	247.086	296.543
Parcelamentos - IPCA	42.125	261	329	392
Impacto no Resultado		789.856	987.517	1.185.171

(1) Premissas adotadas	Provável (**)	25%	50%
SELIC	13,63%	17,04%	20,45%
CDI	9,79%	12,24%	14,69%
IPCA	0,62%	0,78%	0,93%

(*) A Companhia divulgou os empréstimos obtidos pelo CDI e SELIC que representam respectivamente 93,41% e 6,41% do saldo dos empréstimos.

(**) Cotação das estimativas apresentadas do indexador CDI da pesquisa B3; do indexador SELIC e IPCA da pesquisa BACEN.

35.2.2 Risco de crédito

Consiste no risco de a Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2023 é:

	Notas	2023
Caixa e equivalentes de caixa	(a.1)	40.239
Consumidores	(a.2)	1.163.666
Ativos financeiros setoriais	(a.3)	840.159
Outros ativos	(a.4)	121.105
Direito de ressarcimento	(a.5)	629.915
Ativo contratual	(a.3)	573.546
Ativo financeiro	(a.3)	419.849
		3.788.479

(a.1) Caixa e equivalentes de caixa, contas bancárias vinculadas

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituição financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda desses valores.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia realiza aplicação financeiras apenas em títulos permitidos pela União por ser Sociedade de Economia Mista e os saldos mantidos são de rotatividade quase que diária, portanto, considera o risco de crédito baixo.

(a.2) Consumidores

A Companhia não realiza análise de crédito previamente ao início do fornecimento de energia, pois como distribuidora de energia elétrica, é regida por contrato de concessão, bem como pela regulamentação do setor elétrico e obrigada a fornecer energia a todos os clientes localizados na sua área de concessão, utiliza uma matriz de provisão para estimar suas perdas com clientes. O *aging* de clientes, bem como percentuais de perda por tipo de classe estão divulgados na nota explicativa nº5.

A Companhia entende que o risco de crédito de sua carteira não alterou significativamente, visto que os percentuais de perda observáveis historicamente por tipo de classe não tiveram oscilação relevantes, esses índices podem ser visualizados na nota explicativa nº 5.

Para recuperação da inadimplência a Companhia atua por meio de:

- (i) Programas de renegociação dos débitos pendentes;
- (ii) Negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito;
- (iii) Suspensão do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente;
- (iv) Contratação de empresa especializada na cobrança de contas em atraso; e
- (v) Cobrança judicial.

(a.3) Ativo regulatório e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo financeiro da concessão).

(a.4) Outros ativos

Referem-se a contas a receber com a Eletrobras que serão liquidados com as dívidas existentes após assinatura da transferência de controle acionário por força de lei, portanto a Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos.

(a.5) Direito de ressarcimento

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os saldos reconhecidos na data base estão suportados por documentos emitidos pelo órgão regulador (ANEEL) que anuiu o reembolso desses créditos por força de lei decorrente da privatização.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

35.2.3 Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descompasso de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

Os eventuais saldos de caixa auferidos pela Companhia, além dos programados para administração do capital circulante, são transferidos para contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos dentro das limitações legais que requer a concessão, com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A seguir, divulgação do quadro que são os fluxos de caixa não descontados contratados:

Passivo	Categoria	2023		2022	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	8.959.656	8.959.656	7.792.504	7.792.504
Fornecedores	Custo amortizado	1.845.092	1.845.092	1.564.010	1.564.010
Obrigação de ressarcimento	Custo amortizado	402.154	402.154	402.154	402.154
Obrigação estimadas	Custo amortizado	15.902	15.902	16.047	16.047

Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)	2023			
	Menos de 1 ano	Superior a 1 e inferior 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	5.182.783	1.294.071	1.135.798	1.347.004
Fornecedores	1.841.807	3.285	-	-
Obrigação de ressarcimento	-	402.154	-	-
Obrigação estimadas	15.902	-	-	-

Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)	2022			
	Menos de 1 ano	Superior a 1 e inferior 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	3.000.760	1.723.067	1.377.757	1.690.920
Fornecedores	1.540.017	23.993	-	-
Obrigação de ressarcimento	-	402.154	-	-
Obrigação estimadas	16.047	-	-	-

36 Cobertura de seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Seguradora	Risco	Data de vigência	Importância segurada	Prêmio
Mongeral A. Seguros e Previdência	Vida	11/01/2023 a 11/01/2024	986 vidas	113
Ezze Seguros SA	Engenharia	10/09/2023 a 10/09/2024	50.000	72
Berkley Brasil Seguros	Engenharia	10/09/2023 a 10/09/2024	50.000	98
Berkley Brasil Seguros	Engenharia	10/09/2023 a 10/09/2024	50.000	5

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As apólices de seguros oferecem cobertura aos riscos de engenharia e de incêndio sob a condição de primeiro risco absoluto, considerando risco coberto o acidente que exija reparo ou reposição do bem segurado, de forma a possibilitar que o mesmo possa continuar a trabalhar ou operar normalmente, respondendo a seguradora pelos prejuízos cobertos, independente dos valores em risco. A responsabilidade da seguradora ficará limitada, em cada acidente, ao limite máximo de indenização, único para todas as instalações e localidades (maquinário, usinas hidrelétricas e termelétricas, equipamentos, turbinas, geradores, caldeiras, transformadores, aparelhos elétricos e equipamentos de processamento de dados).

37 Benefício pós-emprego

O programa de benefícios previdenciários tem como meta conceder aos empregados que vierem a se aposentar na AmE uma complementação que consiste entre a diferença do Salário Real de Benefício (base de cálculo dos benefícios de complementação de aposentadoria por tempo de contribuição, idade e especial, valor correspondente à média aritmética simples dos últimos 36 (trinta e seis) meses, corrigidos pelo INPC) e a renda vitalícia obtida no regime geral da previdência social, sobre o qual o empregado e a AmE contribuem mensalmente para formação de um fundo capitalizado.

Os programas de benefício pós-emprego da Companhia podem ser assim classificados:

(a) Plano de Contribuição Definida (CD) - Plano 02-B

Plano individual de poupança previdenciária, no qual o benefício depende do valor das contribuições, do resultado dos investimentos administrados pela PREVINORTE e do tempo de contribuição do participante. Suas contribuições são provenientes da Companhia e do empregado, descontados da folha de salários. Este plano contempla os seguintes benefícios: complemento da aposentadoria, auxílio no caso de incapacidade para o trabalho, abono salarial e pensão por morte.

Plano em sistema de capitalização, para transformação futura em renda pós-emprego de caráter reversivo. Dessa forma, o benefício a ser concedido será representado pela reversão da poupança acumulada em renda, segundo parâmetros atuariais definidos. Considerada a característica desse plano, o regime é mantido em permanente equilíbrio, com cotização individuais balizadas pelo valor dos ativos financeiros, não gerando a obrigação pós-emprego.

(b) Plano de Benefício Definido (BD) - Plano 02- A

Plano com características de Benefício Definido sob o regime financeiro de capitalização, que tem como fonte de suas contribuições a Companhia e o empregado, sendo tais contribuições calculadas sobre a folha de salários, em conformidade com plano anual de custeio definido pelo atuário responsável.

Este plano está em extinção desde 1º de janeiro de 2000 e, a partir dessa data, não pode receber novos participantes. Adicionalmente, compreende os seguintes benefícios: complementação da aposentadoria por idade, por tempo de contribuição, por invalidez e especial; pensão por morte; abono anual e garantia de manutenção de direito à renda vitalícia futura para aqueles que se desligarem antes das respectivas aposentadorias, desde que tenham, pelo menos, três anos de efetiva contribuição ao plano.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Estatísticas demográficas

O perfil populacional dos participantes dos Planos BD e CD está abaixo demonstrado:

Dados Populacionais	BD	CD
1. Participantes ativos		
1.1. Participantes - nº	5	886
1.2. Idade Média	63	42,63
1.3 Salário Médio em R\$	16.827	7.011
2. Participantes Inativos		
2.1. Participantes- nº	29	-
2.2. Idade Média	68	-
2.3. Benefício Médio em R\$	6.222	-
3. Pensionistas		
3.1. Participantes Pensionistas - nº	12	-
3.2. Idade Média	74	-
3.2. Benefício Médio em R\$	2.133	-
População Total	46	886

(d) Premissas Utilizadas

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos estão demonstradas a seguir:

<u>Financeiras</u>	BD	CD
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	5,35%	5,34%
Projeção de aumentos médio dos salários	Nula	Nula
Taxa média de inflação anual	3,90%	3,90%
Taxa de Rotatividade	Nula	Nula
Duração (em anos)	8,60	8,35

Biométricas e Demográficas

	BD	CD
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 agravada em 15%- Feminina	AT-2000 agravada em 15% - Feminina para sobrevivência e AT 49 desagravada em 2 anos – Masculina para morte
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Desagravada em 2 anos- Masculina	AT-49 Desagravada em 2 anos- Masculina
Tábua de entrada de invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Composição Familiar	Hx Previnorte 2022	N/a

(e) Exposição dos resultados

Em conformidade com o IAS 19 e CPC nº 33 foi utilizado o método do Crédito Unitário Projetado para a estimativa das obrigações de longo prazo. Esse método (também conhecido como método de benefícios acumulados com pró-rata de serviço ou como método benefício/anos de serviço) considera cada período de serviço como dando origem a uma

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

unidade adicional de direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

	2023	2022
Plano BD		
Obrigações no início do exercício	35.649	56.733
Custo do serviço corrente	29	498
Reembolso do serviço corrente	(310)	(290)
Contribuições normais e extraordinárias dos participantes ativos	183	291
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial	4.014	5.874
(Ganhos)/Perdas atuariais	969	(24.049)
(-) Benefícios pagos no ano	(4.080)	(3.408)
Obrigações no final do exercício	36.454	35.649
Valor justo dos ativos financeiros no início do exercício	61.275	59.992
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	6.249	6.249
Contribuições normais e extraordinárias patronais	183	291
Contribuições normais e extraordinárias dos participantes ativos	183	291
(-) Benefícios pagos	(4.080)	(3.408)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	(2.198)	(2.140)
Ativos Financeiros no final do exercício	66.008	61.275
(Déficit)/Superávit apurado	29.554	25.627
Passivo líquido ao final do exercício	-	-
Plano BD	2023	2022
Movimentação do custo/(receita)		
(Ganho)/Perda a ser reconhecida em ORA	275	76
Despesa/(receita) reconhecida durante o exercício	(93)	215
Custo do serviço corrente	29	499
Reembolso do serviço corrente	(310)	(290)
Juros sobre a obrigação atuarial	4.014	5.873
Juros sobre o limite máximo do passivo/ (ativo) oneroso	2.423	382
Rentabilidade sobre os ativos	(6.249)	(6.249)
Receita total da obrigação do plano ao final do exercício	182	291
Plano CD	2023	2022
Obrigações no início do exercício	2.272	2.999
Custo do serviço corrente	322	265
Juros sobre a obrigação atuarial	251	304
(Ganhos)/Perdas atuariais	(272)	(1.050)
(-) Benefícios pagos no ano	(249)	(246)
Obrigações no final do exercício	2.324	2.272
Valor justo dos ativos financeiros no início do exercício	5.759	6.287
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	661	652
(-) Benefícios pagos	(249)	(247)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	17.078	(933)
Ativos Financeiros no final do exercício	23.249	5.759
(Déficit)/Superávit apurado	20.925	3.487
Passivo líquido ao final do exercício	-	-

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Plano CD	2023	2022
Movimentação do custo/(receita)		
(Ganho)/Perda a ser reconhecida em ORA	(242)	(303)
Despesa/(receita) reconhecida durante o exercício	242	303
Custo do serviço corrente	322	265
Juros sobre a obrigação atuarial	251	304
Juros sobre o limite máximo do passivo/ (ativo) oneroso	330	386
Rentabilidade sobre os ativos	(661)	(652)
Custo/(receita) total da obrigação do plano ao final do exercício	-	-

38 Partes relacionadas

38.1 Transação e saldos

A Companhia efetuou transação com partes relacionadas. As transações são realizadas a preços e condição definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas e estão classificadas conforme quadro a seguir:

Partes Relacionadas	Natureza da Operação	2023			2022		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Oliveira Energia	Mútuos Financeiros (a)	-	175.387	(19.767)	-	-	-
	Aluguel de Grupos Geradores + Energia Comprada Sistema Isolado (b)	-	96.962	(1.191.293)	-	5.618	(1.053.655)
ITAM - Industria de Transformadores	Aquisição e Recuperação de Transformadores (c)	8	9.143	(597)	4.402	9.991	(2.662)
Roraima Energia	Mútuos Financeiros (a)		92.895	(4.896)	-	-	-
		8	374.387	(1.216.553)	4.402	15.609	(1.056.317)

As transações são realizadas a preços e condições definidos entre as partes conforme as práticas do mercado. As principais condições estão demonstradas a seguir:

- (a) Contrato de Mútuos entre Amazonas Energia e a Oliveira Energia. Mais detalhes na NE 26, "f".
- (b) Refere-se ao fornecimento de disponibilidade de potência e geração de energia elétrica por meio de locação de grupos geradores com garantia contratual de 2% do valor total vigente do Contrato; Contrato de Comercialização de Energia Elétrica e Potência nos Sistemas Isolados – CCEI para atendimento das localidades do interior com garantias financeiras que devem cobrir contínua e integralmente as obrigações de pagamento mensal.
- (c) Refere-se a contrato de prestação de serviços e fornecimento de manutenção preventiva, preditiva e corretiva de transformadores de potência com garantia contratual de 12 a 24 meses contados da data de entrega ou data de entrada de operação para aquisição e 6 meses a 5% do valor total da contratação nos casos de serviços. Todos os contratos com anuência prévia da Aneel.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

38.2 Remuneração dos administradores

O gasto total com a remuneração está demonstrado a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Remuneração e encargos dos diretores e conselheiros	6.571	6.707
Benefícios	5.994	1.023
	<u>12.565</u>	<u>7.730</u>

39 Eventos Subsequentes

39.1 Aditamento Contrato Itaú

Em 7 de fevereiro de 2024 foi celebrado o Quinto Aditamento ao Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e outras avenças para reescalonar o cronograma de pagamentos do saldo parcial dos créditos devidos no montante R\$ 212.502.920,66, em 17 parcelas, vencendo a primeira parcela em 26 de fevereiro de 2024 e a décima sétima em 16 de junho de 2025.

39.2 Projeto Revisão Tarifária Ordinária

Considerando o novo cenário de data base, conforme explicitado na Nota Explicativa 10.1, em 26 de janeiro de 2024, foram protocolados por meio da CTA DRR 018/2024, o Laudo de avaliação de ativos e os dados da Solicitação de Informação Inicial-SDI 001 para início das tratativas referentes à homologação da nova base de remuneração regulatória, sendo essa, uma das etapas do processo de reposicionamento tarifário ordinário.

39.3 Manifestação da Companhia ao MME a respeito do Relatório Final do GT

Em 28 de fevereiro de 2024, por meio da CTA-DF PR-008/2024, a Companhia se manifestou ao Ministério de Minas e Energias – MME, considerando o exposto no relatório final do Grupo de Trabalho – GT que apresenta as propostas de medidas visando a sustentabilidade da concessão do Amazonas (conforme exposto na Nota Explicativa 1).

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

AMAZONAS ENERGIA S/A



MARCIO PEREIRA ZIMMERMANN
Diretor Presidente e,
Diretor Financeiro



ORSINE R. DE OLIVEIRA
Diretor Vice-Presidente



RADYR GOMES DE OLIVEIRA
Diretor Técnico do Interior e,
Diretor de Relações Institucionais



RODRIGO MOREIRA
Diretor Técnico da Capital



MARIA DO SOCORRO GAMA DA SILVA
Diretora Regulatória e Jurídica e
Diretora Administrativa

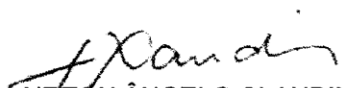


CLEONICE ARAÚJO DE SALES
Contadora - CRC- AM 010393/O-7


PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Amazonas Energia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023. Com base nos exames efetuados, bem como considerando o Relatório emitido pela Crowe Macro Auditoria e Consultoria (Auditores Independentes), em 02/04/2024, sobre o qual, por importante, compete destacar o teor do parágrafo "Ênfase – Continuidade Operacional", sem ressalva, opina que – observados todos os aspectos enfatizados pelos Auditores Independentes, conforme mencionado – os referidos documentos retratam adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia e recomenda que os mesmos sejam submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Manaus (AM), 09 de abril de 2024.



AIRTON ÂNGELO CLAUDINO
Presidente do Conselho Fiscal



HAMILTON ALMEIDA SILVA
Membro do Conselho Fiscal



CEZAR ANTONIO BORDIN
Membro do Conselho Fiscal



MARISE GRINSTEIN
Membro do Conselho Fiscal



PEDRO NEVES MARX
Membro do Conselho Fiscal